

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL - PLAGEDER

JOÃO ALCÂNTARA DE MEIRELES

CONFLITO AMBIENTAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE
MORRO ALTO, MAQUINÉ - RS

Santo Antônio da Patrulha

2013

JOÃO ALCÂNTARA DE MEIRELES

CONFLITO AMBIENTAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE
MORRO ALTO, MAQUINÉ - RS

Trabalho de conclusão, submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Rumo Kubo

Coorientador: Prof. Me. Patrícia Binkowski

Santo Antônio da Patrulha
2013
JOÃO ALCÂNTARA DE MEIRELES

CONFLITO AMBIENTAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE
MORRO ALTO, MAQUINÉ - RS

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Aprovado com Conceito (C)

Profa. Dra. Rumi Regina Kubo
UFRGS

Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel
UFRGS

Profa. Dra. Gabriela Coelho-de - Souza
Santo Antônio da Patrulha, 05 de agosto de 2013
UFRGS

Dedico este trabalho e seus esforços, aos meus filhos Caio Meireles e Lucas Meireles, pelo incentivo involuntário que me proporcionaram para superação das inúmeras dificuldades que tive que arrostar no transcorrer do curso. A minha companheira Lair Medeiros de Araújo, pelo compartilhamento do sonho e pelo apoio incessante

Agradeço , de modo especial, aos quilombolas da comunidade de Morro Alto, que estiveram presentes em todos os trabalhos e visitas que efetuei ao território, sempre cordiais, hospitaleiros e precisos nas informações prestadas. De quase todas as localidades que compõem a comunidade quilombola, travei conhecimento e amizade com um ou mais representantes. Destaco na localidade da Prainha, Vilson Andrade, Deroci Rosa e Euclides, com suas respectivas famílias. Seu Kiko e Dona Antonia na Lagoa do Ramallete, Seu Manoel Alípio, Dona Bela e familiares, na sede de Morro Alto. Elisabete Alves, no Espraiado. Seu Toninho e Vera, em Aguapés. Seu Manoel Francisco (Manoel Chico), em Osório.

Minha gratidão aos meus pais, Francisco Pimentel e Beatriz Alcântara. Agradeço ao meu irmão Jânio Azevedo, pelos apoios irrestritos. Aos amigos Evandro Ronzoni e Renato Castro pelo suporte técnico fraterno, nos assuntos de tecnologia de computadores, nos momentos de contratempo. A amiga e irmã Camen Lúcia, pelo exemplo de superação, pela força e otimismo permanente. Ao meu irmão Antonio Meireles, pelo seu apoio em todos os meus momentos mais difíceis.

Agradeço a todos os colegas, aos colaboradores do Polo de Santo Antônio, pelo carinho, apoio e atenção dispensados.

Especial agradecimento a coorientadora Patrícia, pela mão segura, na condução técnica, sem jamais perder a doçura e bom humor. A Orientadora Rumi, pela constante leveza de trato, pela tolerância e pelos aportes intelectuais necessários à elaboração do estudo.

Agradeço a Deus e aos bons guias espirituais, pela energia, inspiração e perseverança necessárias à conclusão do trabalho.

RESUMO

A comunidade quilombola de Morro Alto, situada no Município de Maquiné (RS), desde a origem da sua formação e no curso da sua história, vem convivendo com conflitos referentes à posse das suas terras e impactos adversos, de amplo espectro, provocados no ambiente. Antes do advento da implantação do leito original da Rodovia BR 101, a comunidade quilombola foi alvo do ataque sobre sua propriedade, por parte de elementos fixados na região, frutos da miscigenação ocorridos entre os primeiros aventureiros colonizadores, tropeiros em trânsito e o elemento autóctone. Posteriormente, pela responsabilidade dos imigrantes de origem européia e seus sucessores, introduzidos na região. Finalmente, dos adventícios vindos com a implantação do novo sistema de transporte e consequentes modificações, processadas no sistema de produção, consolidadas com a duplicação e modificação do traçado original da referida Rodovia. Este estudo se propõe analisar impactos, mudanças e modificações, processadas nas dinâmicas da comunidade quilombola de Morro Alto, vindo no bojo dos três eventos, mais determinantes ao território e à vida comunitária: a implantação da rodovia no ano de 1950; a sua duplicação e o Laudo Antropológico, no ano 2000. No que tange à política compensatória e mitigadora proveniente da obra de duplicação, o estudo analisará os reflexos sobre os sistemas produtivos de banana e pesca, concentração fundiária (migrações/ êxodo), bem como eventuais melhorias constatadas e previstas.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade quilombola de Morro Alto; Dinâmicas socioambientais; Conflitos ambientais.

ABSTRACT

The Quilombo community of Morro Alto, located in the Municipality of Maquiné (RS), from the origin of its formation and in the course of its history, has been living with conflict related to ownership of their land and adverse impacts of broad-spectrum caused in environment. Before the advent of the implementation of the original road BR 101, the Quilombola community was the target of the attack on his property by allochthonous elements in the region – due to interbreeding occurred between the first adventurous settlers, drovers in transit and local Indians. Subsequently, due to migration of the European immigrants and their successors in the region. Finally, the arrival of adventitious come with the implementation of the new transport system and with the consequent modifications processed in the production system consolidated with duplication and modification of the original layout of the BR 101. This study aims to analyze impacts, changes and modifications processed in the dynamics of the quilombola community of Morro Alto, coming in the wake of the three events more determinants to territory and community life: the implementation of the road in 1950 and their duplication with Anthropological report in 2000. Regarding compensatory and mitigation policy due to road duplication, the study will examine the effects on the productive systems of banana and fishing, land concentration (migration/exodus), and any improvements noted and planned.

KEYWORDS: Quilombola community of Morro Alto. Socio-environmental dynamics. Environmental conflicts.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Característica das Famílias Quilombolas	24
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Inauguração da Associação Comunitária Rosa Osório Marques em Morro Alto - Maquiné/RS	15
Figura 2- A região de Maquiné e o litoral norte do RS: localização geográfica, relevo, hidrografia e vias de circulação	28
Figura 3- Mapa de localização da BR 101- trecho município Maquiné/RS.....	29
Figura 4- Quilombo de Morro Alto, município de Maquiné/RS.....	34
Figura 5- Bananicultor em transição agroecologica	52
Figura 6- Agrofloresta - transição inicial	53
Figura 7- Bananicultor quilombola	54
Figura 8- UPA de quilombola bananicultura / e pesca.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACROM: Associação Comunitária Rosa Osório Marques

AGASA: Açúcar Gaúcho S. A

ANAMA: Associação Nascente Maquiné

CODENE: Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul

CORLAC: Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos

DAP: Declaração de Aptidão ao PRONAF

DNIT: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

DOU: Diário Oficial da União

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FETAG: Federação dos Trabalhadores na Agricultura

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IFCH: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS

IN: Instrução Normativa

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LABORS: Laboratório de Observação Social/IFCH/UFRGS

LAE: Laboratório de Arqueologia e Etnologia/IFCH/UFRGS

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

MPF: Ministério Público Federal

ONG: Organização não Governamental

PBA: Programa Básico de Apoio

PETROBRÁS: Petróleo Brasileiro S.A

PLAGEDER: Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RTID: Relatório Técnico de Identificação de Delimitação

SAF: Secretaria de Agricultura Familiar

SDT: Secretaria de Desenvolvimento de Territorial

SUS: Sistema único de Saúde

TCC: Trabalho de Conclusão de Curso

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UPA: Unidade de Produção Agrícola

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 Socioambientalismo	20
2.2 Conflito ambiental	20
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
4 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO PESQUISADA	26
4.1 Caracterização socioeconômica de Maquiné.....	26
4.2. Caracterização do meio físico.....	27
4.2.1 Solos	29
4.2.2 Vegetação	30
4.2.3 Sub-bacia Hidrográfica do Rio Maquiné.....	30
5 BR 101 - ASSENTAMENTO DO LEITO ORIGINAL, DUPLICAÇÃO e LAUDO ANTROPOLÓGICO	32
5.1 Origem da comunidade de Morro Alto.....	32
5.2 Assentamento do leito original da Rodovia BR 101	35
5.3 Duplicação da Rodovia BR 101 e laudo antropológico	37
6 MUDANÇAS/IMPACTOS/MODIFICAÇÕES	46
6.1 A implantação da BR 101 e o sistema produtivo local.....	49
6.2 Contexto da duplicação da Rodovia BR 101, do Laudo Antropológico e Política Compensatória.....	51
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	66
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	68
APÊNDICE A	70
APENDICE B	72
ANEXO A	73

PRÓLOGO

A oportunidade de fazer a graduação do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) me permitiu ter maior proximidade com o tema das comunidades tradicionais, notadamente àquelas compostas por afrodescendente, que eu ainda não havia tido oportunidade de pesquisar profundamente na prática e sim apenas por leituras de artigos veiculados na mídia impressa e eletrônica ou vivências culturais progressas.

Durante o curso do PLAGEDER, com a disciplina Etnodesenvolvimento e Mediações Político-Culturais no Mundo Rural (DERAD 07)¹, deparei-me com a dura realidade do Sul do Brasil (Rio Grande do Sul), haja vista considerar esta região relativamente apartada da dura realidade dos centros inaugurais da formação econômica brasileira (aonde a escravidão mostrou sua face mais cruel, deixando marcas indeléveis, no âmbito social e econômico), sobretudo àquelas tocadas por mão de obra escrava, que, conseqüentemente tornaram-se regiões com expressivo número de descendentes de africanos (Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro).

A crença preliminar de que a situação dos quilombolas locais era mais satisfatória do que os semelhantes fixados em regiões aonde antepassados atuaram como cativos, na atividade açucareira, mineração e cultivo de café, é decorrência de lacuna de leitura mais madura sobre a história dos negros no Rio Grande do Sul – apartada de uma estória edulcorada, romântica, dando conta de uma relação material e humana mais justa, entre o estancieiro da Charqueada e os seus escravos, imposta pela vastidão e solidão do Pampa. Pela presunção de considerar a atividade econômica de menor utilização de mão de obra escrava, como atenuante à exclusão social. Sobremodo, pela análise de que a histórica e diferenciada condição social e econômica do estado, fosse fator por excelência à realização de demandas históricas de minorias excluídas.

1 Principalmente estes textos: Etnodesenvolvimento e Mediações Político-Culturais no Mundo Rural – José Carlos Gomes dos Anjos e Leonardo Rafael Santos Leitão. Identidade Étnica e Territorialidade – José Carlos Gomes dos Anjos. Abrindo a “Caixa Preta” do Território: Um Estudo Sociológico Sobre a Produção de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação de Territórios Quilombolas no Rio Grande do Sul – Leonardo Rafael Santos Leitão. Raça e Pobreza Rural no Brasil Meridional: A Comunidade de São Miguel dos Pretos: Um Estudo de Caso – José Carlos Gomes dos Anjos. A Rede Quilombola Como Espaço de Ação Política – José Carlos Gomes dos Anjos e Paulo Sérgio da Silva.

O vídeo de Dácio Bicudo sobre um Quilombo de Rio de Contas (BA) e os demais conteúdos audiovisuais, referentes às comunidades do Rio Grande do Sul, particularmente à Comunidade de Morro Alto e Casca² foram determinantes à escolha do tema das comunidades tradicionais de afrodescendentes, como pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Quando da ocasião da disciplina Gestão e Planejamento de Unidades de Produção Agrícola (DERAD 015), em conversa com o Tutor a distância Matias Kraemer, tomei conhecimento da ação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), na Comunidade Quilombola de Morro Alto, no município de Maquiné/RS. A ação do grupo formado por profissionais da UFRGS na comunidade de Morro Alto se deu em função da duplicação da Rodovia BR 101. Esse grupo executava projetos originados das Políticas Compensatórias, decorrentes de ação impetrada contra o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), através de Ação Civil Pública impetrada pelo Ministério Público Federal (MPF). Em especial, esses projetos eram executados, em função das demandas da Associação Comunitária Rosa Osório Marques (ACROM), da comunidade de Morro Alto, município de Maquiné, Rio Grande do Sul.

Na ocasião da escolha do local para um estágio em Unidade de Produção Agrícola (UPA), do curso do Plageder, optei pela Comunidade da Prainha, tendo como orientador de campo o tutor à distância e também engenheiro agrônomo Matias Kraemer. Na oportunidade o orientador de campo recomendou-me propriedade rural, de um quilombola, cuja principal atividade, era a bananicultura e pesca artesanal.

A convivência na comunidade quilombola no período de estágio foi uma experiência virtuosa para o entendimento da sua cultura tradicional. Além disso, pude também experimentar as condições de adaptação e sobrevivência de um bananicultor/pescador artesanal, dentro de um sistema agrícola considerado moderno. Nesse caso, em especial, tive curiosidade sobre o fato como esse agricultor/pescador continuou exercendo suas atividades a partir da instalação da Rodovia e se essa instalação lhe trouxe benefícios ou dificuldades para manter sua reprodução social.

Além dos contatos naturais com os quadros da UFRGS e com a população da Prainha durante o período do estágio, foram efetuadas conversações com as lideranças

² Também disponibilizado na disciplina DERAD 007.

histórico-simbólicas e efetivas da Comunidade, a exemplo do presidente da Associação e outros membros do quadro diretivo, além de participação na primeira Assembléia Geral, realizada na nova sede, atendendo sugestão do orientador de campo.

O fato de mais três colegas do PLAGEDER encontrar-se em atuação na mesma comunidade colaborou sobremaneira à ampliação da visão sobre o âmbito comunitário, através das convivências recíprocas, nos respectivos locais de estágio.

A citada oportunidade de estágio me aproximou da realidade da Comunidade Quilombola de Morro Alto, adensando o meu interesse sobre o tema, nomeando-o como prioridade de pesquisa acadêmica no presente e, eventualmente, no futuro.

Pode se considerar a Comunidade do Morro Alto uma efetiva arena de debate e ações, com vistas à solução de conflitos, bem como espaço de estudos diversos sobre possibilidades de melhorias para o território quilombola, na qual estão envolvidos atores sociais, equipe trabalho da UFRGS, mestrandos, estagiários, membros do Poder Público (Federal, Estadual e Municipal), movimentos sociais, associações, fundações e Organizações não Governamentais (ONGs), entre outros.

Morro Alto encontrava-se, à ocasião do estágio realizado no período de 23 de julho a 23 de setembro de 2011, em plena efervescência política e social, apresentando um cenário propício à pesquisa acadêmica e vivências diversas.

Na ocasião inaugurava-se a nova sede da ACROM, o que ocorreu em clima festivo, com franca demonstração de euforia e esperança por parte dos quilombolas, com relação ao futuro da comunidade.

FIGURA 1: Inauguração da Associação Comunitária Rosa Osório Marques em Morro Alto - Maquiné/RS.



FONTE: João Alcântara de Meireles (2011).

1 INTRODUÇÃO

Como pode ser constatada no prólogo, a motivação precípua deste Trabalho de conclusão de graduação, tem como gênese o estágio efetuado em propriedade quilombola, em cumprimento das obrigações da cadeira do PLAGEDER (DERAD015), no ano de 2011. A proximidade com a realidade da comunidade quilombola de Morro Alto, coincidentemente, se materializou, quando da ocorrência de eventos ocasionados pela elaboração do Laudo Antropológico, que reconhecia o território reivindicado.

A ação impetrada pelo MPF, contra o DNIT e IBAMA, reivindicando medidas compensatórias e mitigadoras, pelos novos danos causados à comunidade tinha como reflexo as ações reparadoras presenciadas na comunidade: a execução do Programa Básico de Apoio (PBA) elaborado por equipe multidisciplinar da UFRGS. O projeto decorrente colocado em curso com a primeira liberação de recurso efetuada pelo órgão executor da nova obra rodoviária causava um emblemático do clima de expectativa otimista por parte dos quilombolas e pelos demais atores envolvidos direta e indiretamente com a causa, tanto no âmbito acadêmico e institucional.

O contato estabelecido com dirigentes da associação, com agricultores, lideranças, e moradores diversos, permitiram proximidade com a história dos quilombolas locais, dos conflitos provenientes da implantação do leito original da Rodovia BR 101, dos receios que a duplicação da Rodovia inspirava e, das expectativas, no que diz respeito à principal e mais importante demanda quilombola: o reconhecimento do território, os passos do processo, os obstáculos, que concebiam como interpostos pela burocracia e pelas ações organizadas por parte dos colonos “ocupantes”, à finalização do processo - a titulação das terras reconhecidas.

A partir do contato inicial, naturalmente foi se incorporando à experiência empírica, a leitura de trabalhos acadêmicos (multidisciplinares) com origem na UFRGS, tratando da comunidade quilombola, especificamente, ou sobre o Município de Maquiné, agregando outros, sobre a Região do Litoral Norte, que de alguma forma, contribuísse à melhoria do interesse específico de análise.

O norteamento do local de estudo estava estabelecido, entretanto, o tema “conflitos ambientais”, só foi definido, com o confronto com a realidade apresentada pelo estágio em propriedade de quilombola bananicultor/pecador, e outras vivências na comunidade quilombola de Morro Alto.

Vale ressaltar, o discernimento prévio sobre os conflitos sociais, a partir do livro "Comunidade Negra de Morro Alto – Historicidade, Identidade e Territorialidade", conteúdo

básico utilizado pelo MPF, na Ação Civil Pública nº 2006.71.00.124190-3/RS. Também, pelo que expunha o Relatório Final: Duplicação da BR 101-SC/RS – Trecho Torres/Osório – Avaliação de Danos Culturais à Comunidade Quilombola de Morro Alto.

O trabalho “Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental do Município de Maquiné-Rs”, (ANAMA / PGDR / Prefeitura Municipal de Maquiné, 2000) lido, antes do envolvimento com a comunidade quilombola, foi de valorosa contribuição à opção pelo tema dos conflitos ambientais, em razão da sua exposição nítida das características das propriedades e da condição dos agricultores do território de Morro Alto, identificáveis, através das tabelas de tipologia dos sistemas de produção da região. Também, pela ênfase dispensada à falência do sistema lacustre de transporte e sistema de produção de coivara e ao sistema de transporte rodoviário como introdutor do sistema “produtivista moderno”, eventos marcantes, para as atividades produtivas dos quilombolas.

O Levantamento Socioeconômico e Cadastramento da Comunidade Quilombola de Morro Alto, criterioso trabalho elaborado pela UFRGS em convênio com o INCRA, através do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFHC) e Laboratório de Observação Social (LABORS). (LABORS/UFRGS – INCRA/RS 2005.)

contribuiu com dados estatísticos, reveladores de situação social e econômica preponderantemente, frágil, dos quilombolas de Morro Alto.

A aproximação com os conceitos de socioambientalismo, conflito ambiental ocorreu com a leitura dos textos de Juliana Santilli, Paul Little, e Henri Acselrad, através da DERAD025 (Etnoecologia e impactos ambientais) constituiu-se em uma etapa determinante à definição do tema, do conceito, e referencial teórico.

O presente trabalho tem como problema a análise dos impactos ocorridos na comunidade Quilombola de Morro Alto, decorrente das intervenções efetuadas pelo Governo Federal, na implantação da Rodovia BR 101 e sua duplicação, ações que resultaram em alterações significativas na cultura tradicional, no sistema de produção, pondo em risco a posse de terras dos quilombolas, no território comunitário quilombola, gerando conflitos sociais e ambientais, que perduram até o presente.

Este estudo se justifica em razão da evidência de conflitos no território de Morro Alto, tendo ganhado maior visibilidade a partir da elaboração do Laudo Antropológico e das conquistas decorrentes da política reparatória estabelecida pela Constituição Federal, garantido devolução de terras aos remanescentes de quilombos. Os conflitos giram em torno, principalmente, no que diz respeito à posse das terras reconhecidas, como nas atividades produtivas de bananicultura e pesca e risco ambiental na comunidade de Morro Alto.

Este trabalho tem como objetivo geral identificar e analisar as modificações processadas nas práticas produtivas da comunidade decorrentes de três eventos: a construção da Rodovia BR 101, a sua duplicação e a reivindicação de direitos através de políticas reparatórias, compensatório-mitigadoras.

Como objetivos específicos: (I) descrever os principais eventos que foram fatores de impacto à comunidade quilombola de Morro Alto; (II) relacionar esses eventos as modificações produtivas que se processaram entre os quilombolas de Morro Alto.

Para consecução do objetivo da pesquisa foi utilizado como referencial teórico o conceito de conflito ambiental de Acselrad (2004). Também foram empregados no estudo aportes teóricos de Santilli (2005) e Little (2001).

Com relação à metodologia foi realizada pesquisa qualitativa, exploratória; a partir de levantamento bibliográfico, documental e de campo. Quanto ao procedimento, foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas com 7 moradores da região de estudo, focando os principais problemas da Comunidade, visando perceber o as representações sociais dos atores sobre os temas deste trabalho. A análise do discurso foi empregada na avaliação dos depoimentos dos atores sobre os conflitos da comunidade.

O desenvolvimento do trabalho está estruturado na sequência abaixo:

O capítulo imediato trata dos fundamentos teóricos utilizados para identificar e situar no contexto da comunidade de Morro Alto os conflitos ambientais decorrentes das obras rodoviárias executadas pelo governo, que atingiram o território quilombola.

O terceiro capítulo detalha a metodologia de pesquisa, detalhando estratégias e adequações técnicas. O quarto capítulo abarca a caracterização da região pesquisada apontando dados socioeconômicos do Município de Maquiné e do meio físico. O quinto capítulo, faz um histórico das origens da comunidade de Morro Alto, buscando dar conta, primordialmente, dos três principais eventos vividos pelos seus habitantes quilombolas: a construção da Rodovia BR 101, a sua duplicação e a reivindicação de direitos através de políticas reparatórias, compensatórias/mitigadoras.

O sexto capítulo diz respeito às mudanças, impactos e modificações ocorridas na Comunidade, dando ênfase aos depoimentos dos quilombolas contatados, interconectando suas falas com dados de autores do referencial bibliográfico, utilizados no estudo.

O sétimo capítulo é referente às considerações finais, focando os objetivos estabelecidos para a pesquisa, dando ênfase ao problema da titulação das terras quilombolas; à suspensão dos recursos da política compensatória; aos impactos provocados no meio

originados da construção da Rodovia BR 101 e sua duplicação, bem como eventuais melhorias e perspectivas de mudanças.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Socioambientalismo

Santilli (2005) aponta a origem do socioambientalismo, a partir do momento que se começa a questionar a eficácia e sustentabilidade das políticas públicas ambientais. Segundo a autora, para consecução do êxito da aplicação das políticas públicas e da perenidade dos seus efeitos é imprescindível a inclusão de comunidades locais, colocando em prática uma divisão equilibrada e equânime dos ganhos provenientes da exploração dos recursos naturais (SANTILLI, 2005).

De acordo com autora o socioambientalismo firmou-se como alternativa ao movimento ambientalista tradicional, partidário do conservacionismo, grupo apartado dos movimentos sociais e das demandas por justiça social, cético com relação à capacidade de autogestão das populações tradicionais, no que concerne à preservação da biodiversidade (SANTILLI, 2005). Parte deste movimento tradicional considera as populações tradicionais e os contingentes empobrecidos como ameaças de risco à conservação ambiental (SANTILLI, 2005).

2.2 Conflito ambiental

Para Little (2001, p.108), conflitos ambientais são disputas “entre grupos sociais com origem nas relações diversas que mantêm com o meio natural”. O autor constitui uma maleável classificação para melhor tipificação de conflitos ambientais: 1) conflitos pelo controle de recursos naturais; 2) conflitos decorrentes e impactos ambientais e sociais, devido ação humana e natural; e 3) conflitos em torno da utilização dos conhecimentos ambientais. As duas primeiras classificações, anteriormente apontadas, são mais adequadas à realidade da comunidade quilombola de Morro Alto, com vistas à análise dos problemas locais. Little (2001) aponta alguns fatores que dão origem aos conflitos ambientais:

[...] pelo controle dos recursos naturais, derivados dos impactos ambientais e sociais decorrentes de determinados usos. Podem ocorrer, ainda, quando ligados aos usos e apropriações dos conhecimentos ambientais. [...] os conflitos podem ocorrer entre grupos que compartilham o mesmo sistema produtivo. Entretanto, as tensões socioambientais mais acirradas tendem acontecer onde há choque entre distintos sistemas produtivos. [...] os conflitos relacionados aos recursos naturais são sobre os espaços que contêm estes recursos, isto é, entre os grupos humanos que reivindicam

essas terras como seu território de moradia e vivência, portanto, os conflitos têm dimensões políticas, sociais e jurídicas. Cada agente social tem sua forma de adaptação, ideologia e modo de vida que entra em choque com as formas dos outros grupos, dando assim a dimensão social e cultural do conflito socioambiental (p.108).

A noção de conflito “socioambiental” ou ambiental, de autores diversos, convergem à percepção da ideia de falta de recursos naturais. São unânimes no entendimento desses conflitos como consequência da forma desequilibrada que norteia o processo de exploração e a reposição dos recursos naturais. Brito *et al* (2011) apontam no cenário externo: Libiszewski (1992), Turner (2004) e Ruyz (2005). No âmbito interno, os autores, Ribeiro (1995), Carvalho e Scotto (1995, 1997), além de Little (2001) e Acsehrad (2004).

A definição proposta por esses estudiosos envolve a noção de escassez de recursos naturais. Ou seja, os conflitos têm suas raízes no desequilíbrio entre a exploração e a reposição dos recursos naturais, ou seja, como o estoque de recursos naturais se apresenta. É com estes pressupostos que Libiszewski (1992) elabora sua definição, afirmando que os conflitos socioambientais têm como características comuns, o fato de serem induzidos pela escassez de um recurso, determinado por distúrbio na sua taxa normal de regeneração, provocada pela ação econômica. Deste modo, os efeitos sociais adversos, como: redução da produção agrícola, migração populacional, declínio econômico, enfraquecimento das instituições e relações sociais, dentre outros, só se configurariam em conflitos socioambientais quando surgem dos desequilíbrios ambientais, em consequência de atividades antrópicas (...) Turner (2004) defende que o estresse ambiental associado a competições por recursos naturais escassos tem capacidade de provocar, inclusive, conflitos armados. O autor considera que os conflitos socioambientais têm suas origens, não somente a partir da escassez dos recursos, mas também, pelo uso destes. Assim, não associa, exclusivamente, os conflitos socioambientais a carência de bens naturais, tendo uma visão complementar à definição de Libiszewski. (...) A definição de conflitos socioambientais para Ruiz (2005) é mais abrangente, envolve além dos aspectos materiais, os imateriais. Esta característica é avaliada como incompatibilidade de interesses sobre o uso do mesmo território ou pela utilização dos recursos naturais entre, indivíduos ou grupos independentes. Quando acontecem as disputas pelos recursos ambientais, as partes envolvidas, ao perseguir estratégias para alcançar seus objetivos, podem procurar atrapalhar as atividades de seus oponentes. (BRITO et al, 2011, p. 53-54).

Os autores citados - com pequenas variações de pensamento - consideram que os conflitos socioambientais verificados no mundo geralmente têm sua origem nas atividades socioeconômicas, que provocam redução na oferta de recursos naturais, degradando os ambientes naturais, provocando desequilíbrios social, econômico e ambiental.

A noção de conflitos ambientais como eventos que envolvem grupos sociais divergentes no modo de apoderar-se, de utilização e sentido do território, com gênese nos impactos negativos no solo, água, ar, ou sistemas vivos, provocados pelos procedimentos de outros grupos, em detrimento de um ou mais grupos, norteia o pensamento de Henri Acsehrad – de forma mais perceptível em Acsehrad (2004) – no que diz respeito ao tema.

De acordo com Acselrad (2004), os conflitos ambientais devem ser avaliados, por conseguinte, concomitantemente, nos locais de ocorrência de posse material e simbólica dos meios do território. Segundo o autor os dois espaços são, certamente, onde acontecem as contendas sociais de forma geral, ocorrendo eventualmente questionamentos sobre o modelo de distribuição. No espaço material se processam as lutas sociais, econômicas e políticas, com vistas à apropriação dos diversos tipos de capital, pela transformação ou preservação da base de disposição de poder. No âmbito simbólico, propaga-se uma luta figurada, visando firmar as classes que legalizam ou descaracterizam o reparte de poder, sobre os diversos tipos de capital.

Acselrad (2004) elucida que os conflitos que abrangem o ambiente, reunido num “corpo de doutrina” de viés econômico – classificado como embate pelo reparte de externalidades – são constatados quando os causadores de impactos externos se eximem da assunção da obrigação frente sua atuação. O conflito se dá em função da luta pela acessibilidade e utilização de recursos naturais com origem na indefinição da posse desses recursos.

Essa linha de raciocínio serve para a análise sobre os conflitos existentes na comunidade de Morro Alto – haja vista os impactos provocados pela intervenção no território, decorrentes das obras de infraestrutura rodoviária executadas pelo governo, pela disposição de atores sociais com interesses divergentes e pela ação político/institucional, que não atende de forma equânime, satisfatória, todas as demandas em pauta, no ambiente – mesmo considerando à ressalva do autor, no que tange às dificuldades de tipificar de forma prática as características dos conflitos, sendo imperativa a adoção de recursos que estabeleçam os limites do “ambiente social, político ou institucional” onde ocorrem essas manifestações conflituosas³.

³ A complexidade dos conflitos socioambientais aumenta quando se percebe que os atores sociais têm interesses variados e são expressos de forma imprecisa, como: privatização ou socialização dos bens ambientais, qualidade ambiental, qualidade de vida, preservação de estilo de vida e meios de sobrevivência, equidade e distribuição de riqueza, assimilação de benefícios de investimentos públicos, definição de políticas pública, defesa de ecossistemas, conservação dos recursos naturais e proteção de áreas (BRITO *et al.*, 2011, p.58).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Amparado pelo referencial teórico indicado no capítulo anterior, foi efetuado em um primeiro momento, levantamento bibliográfico sobre o tema de estudo: obras sobre conflito ambiental e outros trabalhos sobre a região do Litoral Norte, Maquiné, ou especificamente sobre o território quilombola de Morro Alto.

As informações preliminares foram coletadas em três períodos alternados de permanência em campo – durante o estágio em uma UPA (PLAGEDER), no ano de 2011 – quando conheci o local e alguns dos quilombolas agricultores e membros da direção da ACROM. Posteriormente, quando da inauguração da sede da ACROM e, subseqüentemente, na oportunidade da realização da primeira Assembléia Geral, realizada na nova sede. A vivência em campo durante o estágio e a experiência proporcionada pelos dois períodos distintos de visita ao território de Morro Alto, voltadas à pesquisa do TCC, foram respectivamente o início e a consolidação da observação empírica sobre as questões mais importantes da comunidade quilombola.

Foram efetuadas sete entrevistas com quilombolas conforme indicadas na tabela 1 - quatro, membros da Direção da ACROM, que atuam na agricultura, em atividades pluriativas, também, beneficiários de renda de aposentadoria, e três quilombolas agricultores, atuantes na bananicultura, pesca e funções pluriativas - residentes em diferentes localidades do território. As entrevistas foram realizadas conforme a disponibilidade dos entrevistados. Alguns destes encontravam-se em outras cidades da Região, como Xangrilá (RS) e Capão da Canoa (RS). Creio que seja importante salientar que um planejamento prévio de entrevistas não prosperou, pois muitos costumam se deslocar para execução de atividades externas, a exemplo de empreitada de construção de cerca em propriedade de terceiros, serviço de garçom, serviço de carroceiro, de doméstica e caseiro nos balneários e visando a resolução de problema de saúde de familiares.

TABELA 1: Características das Famílias Quilombolas.

	Escolaridade	Idade	Comunidades	Atividades
Quilombola 1	Ensino fundamental	45	Prainha	Bananicultor
Quilombola 2	Ensino fundamental	49	Prainha	Bananicultor
Quilombola 3	Ensino fundamental	46	Prainha	Bananicultor
Quilombola 4	Ensino fundamental	67	Morro Alto	Agricultor / membro da ACROM
Quilombola 5	Ensino fundamental	56	Morro Alto	Agropecuária /membro da ACROM
Quilombola 6	Ensino fundamental	72	Aguapés	Bananicultor da ACROM
Quilombola 7	Ensino superior	58	Espraiado	Bananicultor/ membro da ACROM

FONTE: Elaborado pelo autor (2013).

Para a escolha dos informantes utilizou-se o método “snowball sampling” ou Bola de Neve.

Os primeiros participantes contatados na aplicação da pesquisa são as “sementes”, que devem ter conhecimento da sua localidade, do fato acontecido ou das pessoas que vivem na comunidade. Esse mesmo indivíduo (a “semente”) indicará outra(s) pessoa(s) de seu relacionamento (ou de seu conhecimento) para que também participe(m) da amostra, esses são os “filhos” das “sementes”. Para que se tenha uma amostra considerável, deve-se selecionar um número inicial de pessoas (de “sementes”), que, preferencialmente, devem exercer certa liderança no espaço a ser estudado, conhecer muitos membros da localidade e que esses sejam de diversificados ramos de formação e atuação (ALBUQUERQUE 2009, *apud* BALDIN; MUNHOZ, 2011 p. 332-333).

Desta forma, com o auxílio daqueles já entrevistados – informando quem se encontrava disponível no local, fazendo contato e agendando o encontro – foram efetuados entrevistas com quilombolas de perfis distintos, residentes em localidades diversas, fato que contribuiu para uma visão geral das atividades produtivas, das expectativas das demandas comunitárias e das perspectivas de mudanças que virão a contribuir para melhoria de condições de vida da comunidade e dos seus moradores.

A pesquisa do tipo qualitativo, com roteiro semiestruturado, focando as indicações mais evidentes da problemática da comunidade – a exemplo da titulação das terras quilombolas; do problema da redução do volume de pescado; suspensão dos recursos da política compensatória do DNIT – disponibilizou o alicerce teórico metodológico para

aplicação junto aos quilombolas da Comunidade de Morro Alto, tendo resultado nos depoimentos sobre os problemas que afligem sobretudo o presente e nublam a visão de futuro da população quilombola.

De acordo com Minayo (2000 *apud* BALDIN e MUNHOZ, 2011, p. 335), a pesquisa qualitativa exige do analista abertura, elasticidade, argúcia na observação, capacidade de interagir com o grupo analisado, facultando elementos afirmativos, meios de readaptação, retificação dos instrumentos da pesquisa durante o seu curso e a probabilidade de crítica das metas da pesquisa.

Neto (1994 *apud* BALDIN e MUNHOZ, 2011, p. 335) informa que o acesso dos pesquisadores às comunidades objetos de estudo, uma das particularidades da pesquisa qualitativa, ocorre com o trabalho de campo, que se apresenta como uma possibilidade de obtermos não só uma aproximação daquilo que almejamos saber e investigar, mas também de gerar conhecimento novo, a partir da realidade em análise.

4 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO PESQUISADA

4.1 Caracterização socioeconômica de Maquiné

Com base em Ayres *et al.* (2010) Maquiné emancipou-se de Osório – em 20 de março de 1992 – tratando-se, portanto, de um município relativamente recente. Além de fazer parte da denominada Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, é parte integrante da Microrregião de Osório. O Município de Maquiné é composto pelos distritos de Barra do Ouro, Morro Alto e Maquiné (sede). A sua sede municipal agrega o maior percentual da atividade de serviços e do setor de comércio. O município possui uma área total de 625,2 km² onde vivem 6.905 habitantes, com índice de densidade demográfica de 11,11 hab./km². A zona rural apresenta maior número de habitantes – 4.841 – ficando a urbana com 2.064 habitantes (IBGE, 2010).

A capital do estado fica relativamente próxima de Maquiné, distante 140 km, com ligação entre as localidades feitas através da Rodovia BR101 e BR 290. Capão da Canoa é outro núcleo urbano importante para o município, situando-se a 23 km, com ligação através da RS 407, acessada pela BR 101.

Pequenas propriedades, com áreas inferiores a 20 hectares, identificadas com a agricultura familiar, são preponderantes no município, respondendo por 70% do número de UPAs, ocupando, entretanto, 20% da área total do município, fato que denota uma expressiva concentração fundiária (IBGE, 1995/1996). A variedade da produção agrícola é notória, coerente com a preponderância de pequenos estabelecimentos, identificados com a agricultura familiar, onde se cultivam, de forma mais evidente, hortaliças; banana; policultivos de subsistência; fumo; cana de açúcar; e tipos variados de laranjas (IBGE, 2008).

Parte da produção agrícola de Maquiné é direcionada ao consumo local e outra é carreada à comercialização nos mercados e feiras dos balneários do Litoral, ou negociada com entrepostos e compradores da Região metropolitana de Porto Alegre.

As principais cidades da Região do Litoral Norte não possuem perfil industrial que permitam o suprimento necessário das demandas de produtos industrializados das suas populações. Por conseguinte, Maquiné também depende do fornecimento da capital e de centros industriais consolidados. Na assistência à saúde o município dispõe de um total de cinco postos de atendimento, com quatro unidades atendendo ao Sistema Único de Saúde (SUS).

No que concerne à educação existem 14 escolas, todas públicas, sendo 8 municipais e 6 estaduais. Em 2012 foram oferecidas 1.027 matrículas para o Ensino Fundamental e 245 para o Ensino Médio. A taxa de analfabetismo da população é alta, próxima a 11% (FEE, 2007 e IBGE, 2008). O quadro demonstrado de analfabetismo é decorrente do fato de os habitantes na faixa etária mais avançada não ser alfabetizado, o que, naturalmente, eleva o indicador. Em contrapartida, o contingente populacional mais jovem apresenta melhor escolaridade, sendo em grande porcentual alfabetizado.

O município apresenta índice Gini de pobreza de 0,38 e percentual de 17,78% de incidência de pobreza (IBGE, 2003).

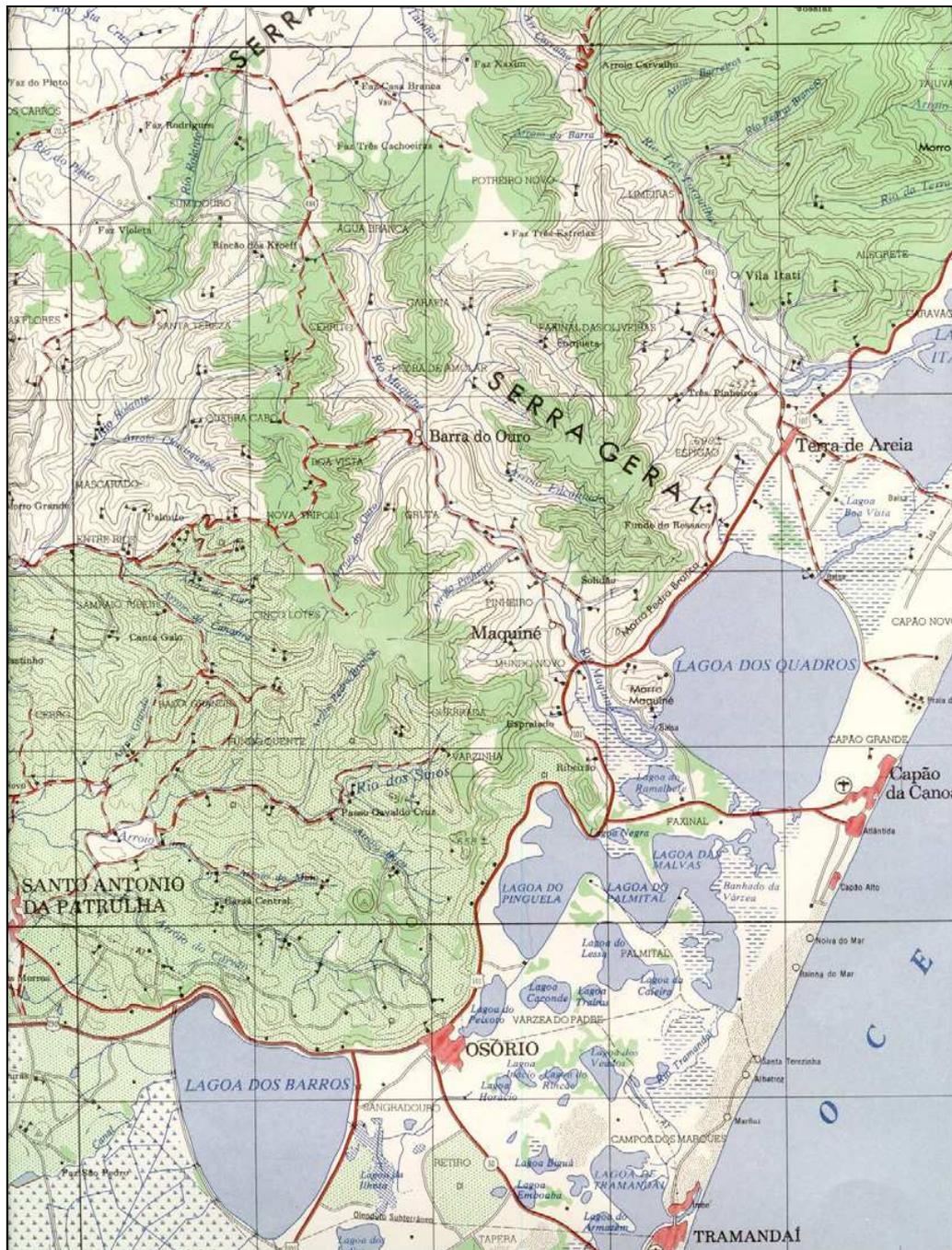
Os dados da Fundação de Economia e Estatística de Desenvolvimento Socioeconômico (FEE/IDESE), referente ao ano de 2009, demonstram que o município de Maquiné no conjunto de índices de desenvolvimento socioeconômico – relativos à educação, à renda, ao saneamento, aos domicílios e à saúde – ficou colocado na 480^a, com índice de 0,587, indicador que aponta um nível de desenvolvimento muito abaixo da média do estado, sendo a situação mais crítica a ausência de saneamento básico à população, notadamente à fixada na área rural, de maior expressão no município (AYRES *et al.*, 2010).

4.2 Caracterização do meio físico

Maquiné apresenta um clima, de acordo com a classificação de Köppen, subtropical úmido Cfa (MORENO, 1961, *apud* Ayres *et al.*, 2010), com marcas médias anuais de 19,2°C (FEPAGRO, 2009, *apud* Ayres *et al.*, 2010). A temperatura máxima absoluta anual foi registrada no ano de 1968 e 1971, e a mínima de -3,4° em 1975. O índice pluviométrico médio do município é de 1659 mm, com precipitações bem distribuídas.

Würdig (2009, *apud* Ayres *et al.*, 2010) informa que os ventos em Maquiné são atípicos, em razão de o município situar-se em um vale, com orientação voltada para sudeste, com canalização nesse sentido.

FIGURA 2: A região de Maquiné e o litoral norte do RS: localização geográfica, relevo, hidrografia e vias de circulação.



FONTE: Ministério do Exército, folha Gravataí SH. 22-X-C, 198 Escala 1:250.000.

4.2.2 Vegetação

Castro *et al.* (2009, *apud* Ayres *et al.*, 2010) informam que o município de Maquiné localiza-se na zona de transição entre a Planície Costeira e as encostas da Serra Geral, abrangendo completamente a área da bacia hidrográfica do Rio Maquiné, podendo ser dividida em quatro expressivas unidades da paisagem (UP's): platô, escarpas, depósitos de colúvio e planícies aluviais.

No platô (topo de planalto) a vegetação apresenta revestimentos distintos – arbóreo, arbustivo e herbáceo – com hegemonia da vegetação rasteira – principalmente gramínea – além da mata de araucária.

As depressões, devido o acúmulo de umidade, facultam, naturalmente, os ambientes de banhados. As escarpas do planalto são caracterizadas pela cobertura florestal denominada Vegetação Ombrófila Densa e Secundária (pioneira, capoeira, capoeirão). As planícies aluviais permitem nítida identificação, devido a sua topografia plana e, pela presença de significativo parcelamento agrícola, característica que a diferencia das outras paisagens. A produção de hortaliças, milho, fumo, feijão e abacaxi, impõem um uso apressurado das terras, situação que colaborou à quase extinção da cobertura de mata nativa original.

O que se preservou da mata ciliar é indicativo do revestimento florestal remanescente, onde são encontrados jerivás (*Syagrus romanzoffiana*), gramdiúva (*Citronella paniculata*), criúva (*Agarista eucalyptoides*), capororocão (*Myrsine guianensis*), embaúba (*Cecropia pachystachya*), dentre outras.

4.2.3 Sub-bacia Hidrográfica do Rio Maquiné

Como já mencionado anteriormente, no tópico sobre vegetação, Maquiné pertence à Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí, na região hidrográfica do Litoral. A Sub-bacia Hidrográfica do Rio Maquiné tem uma área de cerca de 550,5 Km², localizada nas encostas da Serra Geral. As nascentes da sub-bacia estão em cotas superiores a 900 metros de altitude, na Serra Geral e o Rio Maquiné é o principal rio da bacia, com extensão de 56 Km, com origem no município de São Francisco de Paula, desembocando ao nível do mar, na Lagoa dos Quadros (SOUZA, 2003, *apud* AYRES *et al.*, 2010).

A rede de drenagem da sub-bacia tem papel relevante à formação e desenho do relevo, pois ao tempo que águas dos rios e arroios escavam os vales, o conjunto de feições

topográficas é desenhado. A expressividade da substituição do revestimento florestal original em espaço agriculturável é perceptível nas atividades humanas que abarcam a maior parte da bacia (LEMOS, 2003, *apud* AYRES *et al.*, 2010).

5 BR 101 - ASSENTAMENTO DO LEITO ORIGINAL, DUPLICAÇÃO E LAUDO ANTROPOLÓGICO

5.1 Origem da comunidade de Morro Alto

Barcellos *et al.* (2004) apontam a presença e atividade inaugural portuguesa no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, demandante de mão de obra escrava, como início da resistência da população negra. Grandes proprietários da Região de Morro Alto, no transcorrer do século XIX, representantes das famílias Marques, Nunes da Silveira, Coelho e Araújo Gomes, eram proprietários de escravos, tendo ocorrido um fluxo expressivo de tráfico na região, ativo até após restrição legal imposta pela monarquia. O naufrágio de um navio negreiro no litoral norte, ocorrido no ano de 1852, facilitou a acomodação de percentual de africanos na região, que vieram a somar com os muitos refugiados da época da escravidão, que se protegiam no quilombo de Aguapé.

A origem da população quilombola da Comunidade de Morro Alto fica mais evidente, de acordo com a fonte acima indicada, através do reconhecimento de várias doações e vendas de terras materializadas no estertor do sistema escravagista e na década inaugural do século XX, por proprietários, ex-senhores, a exemplo da doação feita por Rosa Osório Marques, aos seus ex-escravos, em testamento firmado no ano 1887. (BARCELLOS *et al.*, 2004).

A expressiva população negra que no presente reside nas localidades de Aguapés, Barranceiras, Morro Alto, Ribeirão, Borba, Faxinal do Morro Alto, Espreado e Prainha – localidades que compõem a comunidade quilombola de Morro Alto – compartilhando a mesma cultura e tradição, tem origem nas famílias constituídas pelos ex-escravos beneficiários de terras, quilombolas refugiados de Aguapés e escravos comercializados ilegalmente a partir da proibição do tráfico. (BARCELLOS *et al.*, 2004).

Antes do advento do novo sistema de transporte – Rodovia BR 101 – e do sistema de produção moderno, os escravos e seus descendentes – organizados em quilombos – tiveram suas terras invadidas e usurpadas por elementos denominados “brancos”. Após o final do regime escravagista, os residentes da área correspondente à comunidade quilombola de Morro Alto, foram forçados à convivência com as investidas sobre suas terras, colocadas em prática pelos descendentes do colono imigrante europeu, do elemento açoriano/português e de tropeiros. A vida dos quilombolas foi um processo contínuo pautado pela violência aos seus

direitos e de convivência com conflitos, com origem a partir da doação feita por Rosa Osório Marques, situação atenuada com o estabelecimento das Políticas Reparatórias e das Políticas Compensatórias e Mitigadoras. (BARCELLOS *et al.*, 2004).

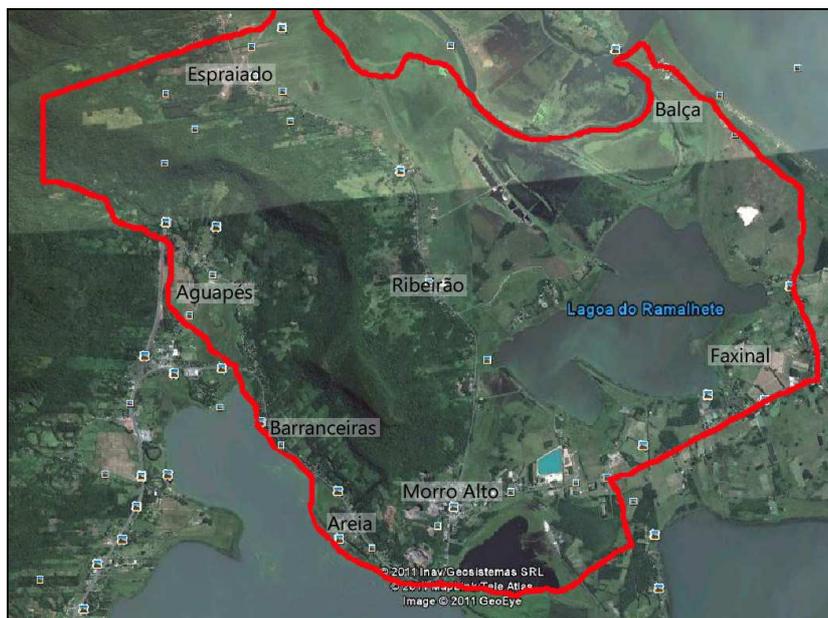
Os quilombolas de Morro Alto foram vítimas de exclusão e marginalização social, desde o período imediato a queda do regime de escravidão, através dos seus antepassados, ex-escravos de Rosa Osório Marques, sesmeira, proprietária de vasta extensão de terras, na região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Esses quilombolas não contaram com o reconhecimento da posse das terras cedidas pela benfeitora, tanto da parte da burocracia oficial da época, quanto dos descendentes da doadora, que usurparam a posse dos beneficiados, abrindo precedente a ação de invasores e posseiros⁴.(BARCELLOS *et al.*, 2004).

A tibieza na adoção de políticas de inserção social e econômica dos quilombolas e seus descendentes, por parte do Estado/Governo é fato notório, dispensando maior aprofundamento sobre o período histórico imediato à queda da escravatura e as consequências deletérias da omissão, à origem e constituição da sociedade brasileira.

A superação da vulnerabilidade social e econômica dos negros brasileiros é de realização lenta se constituído meta política de grande complexidade. No período imediatamente anterior ao regime militar, o movimento negro teve espaço à exposição de demandas, tendo sido forçado à retração durante a vigência dos militares no poder, fato comum a outros movimentos sociais engajados.

⁴ Foram freqüentes, no entanto, os conflitos fundiários, já que muitas das doações ou vendas realizadas foram contestadas por familiares dos referidos ex-senhores, através da realização de medições por órgãos estatais, ou invadidas por pessoas de fora da comunidade. Muitos descendentes de ex-escravos não conseguiram regularizar sua situação fundiária, terminando por comprar o que já lhes pertencia (MPF, 2008, p.4).

FIGURA 3: Quilombo de Morro Alto, município de Maquiné/RS



FONTE: Google (2013).

Com a abertura política e a redemocratização do País, os movimentos sociais voltaram à cena, tendo o movimento negro adquirido força para lutar pelas demandas dos afrodescendentes, através do empenho de lideranças intelectuais históricas. O engajamento do Movimento Negro⁵, quando da elaboração da Constituição de 1988, conseguiu firmar expositivos específicos que garantiam a devolução de territórios históricos, reconhecidamente pertencentes a quilombolas.

Não fosse a organização social, o engajamento dos movimentos sociais, dentro de um contexto de maior liberdade política, os quilombolas de Morro Alto não teriam uma parcela do seu território original reconhecido, em processo de legalização e teriam sido novamente vítimas de exclusão, marginalização social – decorrente das novas obras de duplicação da BR 101 – como foi de forma passiva e isolada, na década de 1950 e 1960, quando o Estado/Governo implantou uma infraestrutura rodoviária invasiva, causadora de

⁵ O maior desafio do Movimento Negro no Brasil é acabar com o preconceito racial. Essa luta não vem de hoje. O movimento começou a ganhar força na década de 1930, com a Frente Negra Brasileira. Em 1978, foi fundado o Movimento Negro Unificado, que deu origem a vários grupos de combate ao racismo, como associações de bairro, terreiros de candomblé, blocos carnavalescos, núcleos de pesquisas e várias organizações não governamentais. (Klick Educação).

impactos sociais, econômicos e culturais à comunidade, sem nenhuma contrapartida mitigadora ou compensatória.

5.2 Assentamento do leito original da Rodovia BR 101

Barcellos *et al.* (2004), principal fonte utilizada na Ação Civil Pública do Ministério Público Federal (MPF), impetrada contra o DNIT e o IBAMA, em benefício da Comunidade Quilombola Rosa Osório Marques (ACROM) de Morro Alto, deixam claro os prejuízos causados pelo assentamento do leito original da Rodovia BR 101, entre as décadas de 1940 e 1950⁶. Os 16 (dezesesseis) impactos – abrangendo a obra original até sua duplicação mais recente – apontados pelo (MPF, 2006, p.40 a 48), caracterizam a extensão dos danos impostos à comunidade, no âmbito social, econômico, ambiental e cultural.

A abertura de estradas, mais do que revalorizar terras, contribuía para a descaracterização das comunidades, com ingresso de novos membros dotados de know-how, recursos e poder adaptados aos desígnios da sociedade moderna, enquanto as comunidades, desprovidas dessas tão discutíveis qualidades, passam a servir de mão-de-obra no trabalho pesado, abrindo mão de parte de suas culturas tradicionais, transformando roça em pedras (BARCELLOS, 2004, p.168).

As considerações expressas nos laudos que subsidiaram a ação supracitada deixam evidente a abrangência expressiva dos impactos causados à comunidade quilombola de Morro Alto, naturalmente, geradores de conflitos - os mais significativos, praticamente em contencioso. As fontes anteriormente citadas, seminais, permitem uma visão nítida de todos os passos e fatos, ocorridos desde a implantação da Rodovia BR 101, até a sua duplicação, mais recentemente.

Como consequência lógica, os terrenos da comunidade de Morro Alto naturalmente se valorizaram, em razão da moderna infraestrutura rodoviária. Esta rodovia inaugura um novo sistema de transporte, projetado para atender os interesses do governo e do capitalismo, chamando atenção de elementos alheios à cultura quilombola na execução das obras de engenharia decorrentes deste empreendimento.

⁶ Concluída no final da década de 1960, concomitantemente à finalização da RS 106 e RS 407, respectivamente fazendo conexão entre Capivari e Osório e de Morro Alto a Capão da Canoa.

Entretanto, com o decorrer do tempo, os habitantes do local, por imperativo, circunstancial, se adequaram ao “novo ânimo”⁷ decorrente da construção ou das obras da rodovia, situação que exigiu alterações do cotidiano, afetando a forma de produção agrícola e a prática extrativista dos quilombolas⁸.

Por contingência, a população quilombola de Morro Alto foi forçada a adaptar-se à nova realidade transformada a partir das obras na rodovia, que atravessou o seu território e alterou o seu modo vida tradicional.

Barcellos *et al.* (2004) deixa evidente, que a comunidade teve suas terras separadas em terras do morro e terras dos campos, ficando as mais frágeis e difíceis à prática agrícola (morro). As mais adequadas à prática da agricultura, foi objeto de grilagem, invasões e logros, motivando demandas judiciais pela posse. O fato fica evidente na análise dos trabalhos sobre a região que disponibilizam criteriosamente tabelas de tipologia, sobre os agricultores da região. Também na observação direta do perfil das propriedades do território de Morro Alto, e através dos depoimentos de quilombolas contatados. A autora acima citada observa que, não é aleatório o fato de grande porcentual dos nomeados invasores, deterem a posse das áreas baixas (campo) e mais rentáveis.

Atividades comerciais, de porte modesto de propriedade de quilombolas, foram instaladas às margens da rodovia, a exemplo de borracharia, restaurantes, bares, lanchonetes, vendedores de artesanato e pedreiras – esta atividade voltada para o fornecimento de britas e paralelepípedos, negócio que atraiu empreendedores que sequer pagavam o ônus devido à comunidade em função dos impactos ambientais provocados.

Alguns membros da comunidade acreditavam que poderiam – a partir da produção em pequena escala – obter um recurso econômico garantido, explorando o morro e auxiliando a estabelecer seu domínio na área ocupada, buscando tirar bom proveito da interferência da estrada em benefício próprio e da comunidade (BARCELLOS, 2004, p.180).

⁷ Adaptação certamente foi muito sofrida, já que a comunidade precisou abrir mão de alguns aspectos do seu modo de vida e, por outro lado, assumir parcialmente padrões individuais de apropriação de recursos, tal como a sociedade capitalista envolvente exigiu para que pudessem sobreviver (BARCELLOS, 2004, p.176).

⁸ A BR-101 matou muitos animais. Isso aqui tinha muito. Isso aqui no morro sustentava esse passado de caças. Gambá, tatu, macaco. Bugio, quati. Isso você via eles gritando aqui no costão do morro e hoje a gente não vê mais (depoimento de Joana Gomes de Carvalho, moradora de Aguapés, em BARCELLOS, 2004, p.171). [...] Dificuldades para escoamento da produção agrícola e preocupação de que esta possa ser prejudicada em função de alteração nas fontes de água e no solo decorrentes de mudança geomorfológica (BARCELLOS, 2004, p.179).

Muitos quilombolas não conseguiram se adaptar à nova realidade rodoviária, ficando mais expostos e vulneráveis, aos reflexos negativos à cultura tradicional, anterior à Rodovia. Sem opção de sobrevivência, passaram a trabalhar como mão de obra remunerada na conservação da Rodovia, como frentistas de postos de abastecimento de combustíveis, como trabalhadores sazonais nos balneários do entorno – garçom, cozinheira, faxineira, carroceiro. Ou em tempo integral, como caseiros e executores de serviços gerais. Muitos quilombolas migraram para as cidades mais importantes da região, ou para Porto Alegre e outros grandes centros do estado. Moradores do local também passaram a trabalhar nos postos de abastecimento e como trabalhadores sazonais nos balneários do entorno, no verão, numa clara demonstração de adaptação à circunstância irreversível.

De acordo com depoimento de quilombolas, foram feitas promessas vagas de reparação à comunidade de Morro Alto na ocasião da construção do leito original. Não foi materializado em franca desconsideração aos direitos das comunidades, devido à inexistência de indenizações ou políticas compensatórias adequadas, comportamento coerente com o pouco caso histórico, da parte do poder público, dispensado às etnias vulneráveis social e economicamente (AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MPF/RS, 2006, p. 42).

5.3 Duplicação da Rodovia BR 101 e laudo antropológico

Os estudos para a realização da obra de duplicação tiveram início em 1996, por conseguinte, oito anos após promulgação da Constituição, que assegurava direitos às minorias étnicas. O projeto de duplicação da BR 101, trecho Florianópolis - Osório foi planejado para o cumprimento de uma meta de maior abrangência por parte do governo, que era o de aumentar a malha rodoviária de conexão com os países vizinhos do sul do continente. Essas obras atendiam interesses geopolíticos do Estado brasileiro, consequentemente com vistas no desenvolvimento do bloco econômico do Mercosul.

A história, para a comunidade quilombola de Morro Alto, se repetiria no que concerne à abrangência dos problemas, com a nova movimentação na infraestrutura rodoviária da região – a duplicação da rodovia – forçando os moradores a novas readaptações. Além disso, se anunciavam novos impactos ao meio, decorrentes da construção do Túnel de Morro Alto, com consequente alteração do traçado original, que poderia vir a causar riscos

patrimoniais, individuais e coletivos, principalmente no que concerne à posse de terras⁹.(AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MPF/RS, 2006).

Nunca o governo federal indenizou as faixas de terras tomadas pela estrada federal – os cortes e novos traçados, mais práticos e eficientes ao transporte rodoviário, ignoravam limites e traçados antigos, que tinham sua razão de ser na região. As terras da comunidade foram profundamente divididas (BARCELLOS, 2004, p.170 conforme relato de 2002, nota de rodapé n.º 515).

O documento de autoria dos antropólogos Maria Dorothea Post Darella, Ivori José Garlet e Valéria Soares de Assis (2000), faz oficialmente na pesquisa ambiental preliminar, registro sobre a presença da Comunidade quilombola em Morro Alto (AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MPF/RS, 2006, p.9).

O Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul (CODENE), em 1.º de dezembro de 2000, enviou à Procuradoria da República do Rio Grande do Sul, uma representação dando conhecimento de eventualidade de prejuízo causados pelas obras de duplicação da BR -101. (AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MPF/RS, 2006)

Em razão da recorrência de desrespeito ao direito e de prejuízos causados ao patrimônio material e cultural, com vistas nas respectivas preservações, a comunidade quilombola de Morro Alto fundou a Associação Comunitária Rosa Osório Marques (ACROM), em 22 de setembro de 2001.

Morro Alto é um território negro etnicamente delimitado que já luta para afirmar a sua identidade negra, pela regularização e pela atenção das ações das políticas públicas desde a década de 60. A partir de 2001 esta comunidade apresentou sua demanda de regularização das terras ocupadas e recuperadas daquelas perdidas sob diversas formas. Tais processos foram levados a cabo tanto por agentes externos quanto pela inviabilização da permanência do seu modo ancestral de subsistência devido a intervenções públicas e privadas de projetos de modernização, tais como estradas (sendo a última intervenção a atual duplicação da BR 101), usina de álcool (AGASA), especulação imobiliária no litoral e pressão que levou à transformação dos morros contidos em suas terras em pedreiras e áreas e dos seus campos em área de extração de areia (BARCELLOS *et al.*, 2004, p. 21).

Os quilombolas estavam amparados juridicamente, pelas deliberações constitucionais, através do artigo 68, localizado nos Atos das Disposições Transitórias, da

⁹ [...] a nova BR 101 pode aumentar interesses especulativos sobre as terras no seu entorno, o que dificultará ainda mais o reconhecimento do direito da Comunidade, e que esta perda talvez seja o maior prejuízo a ser suportado pelos quilombolas.’(Termo de Declaração do Prof. Dr. José Otávio Catafesto de Souza, de 9/3/2006, fl. 4) (MPF, 2006, p.45).

Constituição Federal de 1988, que determina: “aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecido à propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988 *apud* AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MPF/RS, 2006, p.6).

O MPF instaurou Procedimento Administrativo para avaliar a existência dos impactos decorrentes das obras de ampliação da capacidade e modernização do corredor rodoviário BR 101 trecho Florianópolis - Osório/RS, junto à comunidade quilombola de Morro Alto. Mais precisamente entre os trechos, onde ocorreria a maior e mais complexa obra de engenharia – o Túnel de Morro Alto, gerador de impactos de amplo espectro à comunidade. Verificaria também a proposição de medidas mitigatórias e compensatórias cabíveis. (AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MPF/RS, 2006)

No transcorrer da apuração, no primeiro relatório referente ao período de março a junho de 2005. E no Relatório Final, relativo ao período de julho a fevereiro de 2006 foram constatados erros e desajustes no que tange ao licenciamento ambiental, imperfeições que não contaram com a devida atenção e correção da parte do DNIT, na condição de órgão empreendedor, e pelo IBAMA, pela sua competência como expedidor de licença ambiental.

A definitiva “Avaliação de Danos Culturais à Comunidade Quilombola de Morro Alto / RS”¹⁰ ficou disponível ao MPF em 4 de março de 2006. Entretanto, até o momento da oficialização da Ação Civil Pública, em julho de 2006, impetrada pelo MPF¹¹ as obras da BR 101 apresentavam-se muito avançadas, não tendo havido sequer o estabelecimento de uma data aproximada para apreciação da avaliação dos impactos. (AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MPF/RS, 2006)

Entre o ano de 1996, quando dos estudos preliminares sobre a duplicação da Rodovia BR 101, e a posterior “referência oficial” – documento de Maria Dorothea Post Darella, Ivori José Garlet e Valéria Soares de Assis (2000) – sobre a presença de comunidade quilombola no território de Morro Alto, por conseguinte tendo transcorrido uma década, o DNIT não havia

¹⁰ Relatório Final: Duplicação da BR 101-SC/RS – Trecho Torres/Osório – Avaliação de Danos Culturais à Comunidade Quilombola de Morro Alto-RS/ Arno Alvarez Kern, José Otávio Catafesto de Souza, Cláudio Baptista Carle [*et al.*]. Porto Alegre, 2005;

¹¹ A ação Civil Pública n° 2006.71.00.124190-3/RS. Autor: Ministério Público Federal _ Réu: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT: Instituto Brasil do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

tomado nenhuma medida efetiva que visasse à mitigação dos prejuízos decorrentes do novo traçado da BR 101. (AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MPF/RS, 2006)

Em quatro de agosto de 2006 foi concedida, em juízo, uma liminar determinando ao DNIT e ao IBAMA que fizessem a elaboração de um PAB (Programa Básico de Apoio) de Morro Alto. Os dois órgãos federais não deram cumprimento à determinação, fato que resultou em uma audiência com vistas à elucidação da omissão frente às determinações do Poder Judiciário. (AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MPF/RS, 2006)

A resultante da Ação Civil Pública do MPF, culminou na elaboração do Programa Básico de Apoio (PBA), que tinha como propósito a apresentação de propostas para implementação e execução das medidas compensatórias relativas às obras de duplicação da Rodovia BR-101 – SC/RS – trecho Torres-Osório, sob responsabilidade do DNIT, sobre a Comunidade Quilombola de Morro Alto. A elaboração do PBA teve início a partir da segunda semana de dezembro de 2006, com formação da equipe técnica, contratada pelo DNIT, composta por técnicas da área de sociologia, história e antropologia da UFRGS, com prazo de entrega estabelecido para 4 de fevereiro de 2007. As medidas compensatórias apresentadas no capítulo 4 do Relatório Antropológico dos Impactos Socioculturais sobre a Comunidade Quilombola de Morro Alto objetivavam agrupar o conjunto de demandas apresentadas pela comunidade, estabelecidas em reunião efetuada em 08 de julho de 2006¹², direcionadas aos impactos das obras da BR-101. O PBA procurou expor os impactos advindos das obras de duplicação da BR-101, assim como das outras ações resultantes desse processo. Também às medidas compensatórias adequadas aos impactos a serem executadas pelo DNIT e possíveis atores a serem introduzidos no assunto (FERNANDES; RAMOS; SANTOS, 2007).

É importante ressaltar que o estudo de Barcellos et al (2004) – Laudo Antropológico – foi realizado entre o ano de 2001 e 2002, junto à comunidade de Morro Alto, tendo como propósito respaldar os pleitos de reconhecimento do território quilombola, de acordo com o que estabelecia o artigo 68 da Constituição Federal de 1988. Em resumo, naquele momento do trabalho, as dimensões da área que foram delimitadas eram de 4.632,2 ha, subtraindo a

¹² As reuniões entre DNIT e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a equipe técnica, o presidente da Associação Rosa Osório Marques (da Comunidade Quilombola de Morro Alto) e demais órgãos envolvidos (MPF/RS, DNIT/RS, INCRA, IPHAN, EMATER/RS) também propiciaram bases para a construção deste PBA[...] Para a execução deste PBA indicamos a necessidade da formalização de um acordo entre a Comunidade e o DNIT para que a mesma participe de todas as decisões tomadas por este órgão com relação ao seu território, cabendo ao DNIT implantar as medidas respeitando os acertos firmados com a comunidade (FERNANDES; RAMOS; SANTOS, 2007, p. 3- 5).

medida da Lagoa Negra (73,8 ha) e a da Lagoa do Ramalhete (516,2 ha), perfazendo 4.042,2 ha.

Algumas áreas de presumida propriedade dos quilombolas ficaram apartadas do Laudo Antropológico, como a comunidade da Prainha, perda que motivou manifestações de quilombolas organizadas pela ACROM, contando com apoio de militância de partidos políticos, estudantes, e outros, junto ao INCRA, em Porto Alegre, RS.

A Prainha não é um “lócus retórico” quilombola, que justifique sua exclusão do laudo de reconhecimento. As suas histórias pregressas e presentes atestam a sua origem. A ancestralidade de famílias quilombolas tradicionais (Rosa, Andrade e Marques), com descendentes fixados na localidade até o presente é prova cabal da sua gênese quilombola. O fato de ter hospedado a sede da associação quilombola (atual ACROM), de ser residência de netos do presidente de honra da Associação, senhor Manoel Francisco Antônio (Manoel Chico), do presidente da ACROM e dos seus familiares reforçam sua condição de território quilombola. As exclusões de território – sobretudo o da Prainha – não foram bem assimiladas pelos moradores, fato externado pelas lideranças quilombolas, conforme depoimento do Presidente da ACROM, quando da ocasião da inauguração da nova sede e do senhor Odilon Andrade (Diretor Financeiro da Associação), em um evento social em Morro Alto.

A comunidade de Morro Alto participou ativamente na construção do mapa do território pleiteado, com autonomia de decisão sobre área reivindicada. Em reunião ocorrida em 02/03/2002 foi formada uma comissão mista de quilombolas e pesquisadora, com o propósito de estabelecer os limites do território. Em outro encontro do dia 06/04/2002, em Morro Alto, que contou com a participação Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT) e outras entidades governamentais (Fundação Cultural Palmares, Ministério Público Federal e Estadual, Secretaria do Trabalho) ficou claro para todos envolvidos no processo de elaboração, a exigüidade do tempo disponível à conclusão dos trabalhos e um consenso sobre a necessidade de estender o tempo necessário ao pleito comunitário. A comunidade teve dificuldade na obtenção de documentos, fotografias e livros que só tiveram fluxo mais intenso no estertor do prazo fixado, o que não permitiu uma análise e nem a elaboração de mapa acurado da demanda territorial da Comunidade, que chegou a se estender de Aguapés a Pedra Branca, de Morro Alto a Barra do João Pedro (situação relatada pelos pesquisadores, através de reunião, aos quilombolas). Frente às informações colhidas, aos limites de prazos e cronogramas do projeto e das instituições envolvidas, do andamento da duplicação da Rodovia BR-101, foi extremamente relevante à comunidade a audiência

pública junto à Procuradoria Regional dos Direitos dos Cidadãos, oportunidade na qual a comunidade arbitrou os limites da área demandada, coerente com o que havia sido investigado, num espaço de tempo reduzido, especialmente em razão de os pleitos territoriais atrelarem-se à necessidade de dilatação e sequência do condizente trabalho de pesquisa (BARCELLOS *et al.*, 2004).

Em 22 de julho de 2004, o INCRA, cumprindo o disposto no Decreto n.º 4.887/2003¹³ e na Instrução Normativa (IN) n.º 16/2004, deu início ao procedimento de reconhecimento do território da comunidade.

Em fevereiro de 2008, transcorridos quatro anos do início do processo de regularização fundiária, os trâmites não correram a contento, com o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território (RTID) encontrando-se em estágio embrionário.

Em março de 2011, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) o RTID do Território Quilombola, elaborado pelo INCRA. O passo subsequente seria a notificação dos ocupantes adventícios residentes no território.

Entretanto, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) solicitou judicialmente ao INCRA, em outubro de 2012, revisão do processo de demarcação do território reconhecido, colaborando com mais uma ação protelatória contrária aos interesses da comunidade. Depois dos passos previstos junto ao INCRA, os moradores teriam até 90 dias para contestar o relatório técnico do referido órgão, que pode acolher, ou não, tal contestação. O INCRA remete o processo para seu escritório central em Brasília e, posteriormente, envia à Casa Civil da Presidência da República para publicação no DOU, da desapropriação da totalidade dos terrenos.

A luta de reconhecimento contou na sua origem, e continua a desfrutar no presente, com a solidariedade e apoio da Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Ação Social do Estado do Rio Grande do Sul; do Movimento Negro do Rio Grande do Sul; do Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra; da Fundação Cultural Palmares e Ministério Público. Contudo, até o presente, o processo de titulação das terras se arrasta em um ritmo revelador de embargos (segundo depoimentos que seguem, de representantes dos quilombolas), interpostos por oponentes do reconhecimento do território, em todo o curso do processo.

¹³ Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (BRASIL, 2003).

Após a ocorrência do decreto de desapropriação, na continuidade do rito jurídico, deverão ser movidas ações de desapropriação. Os moradores do território (quilombolas e ocupantes), que possuem documentos de posse, teoricamente (a priori, não garantia que o que é prometido oficialmente seja cumprido) serão indenizados pelas suas posses, pelo preço vigente no mercado, em espécie e à vista. Àqueles desprovidos de documentos que atestem sua propriedade, se conjectura à possibilidade de reassentamento em outros terrenos (OLIVEIRA, 2013).

O moroso processo de notificação, que se arrasta desde o ano de 2004 (desde quando o INCRA deu início ao procedimento de reconhecimento do território), tem contribuído para exacerbação dos ânimos entre quilombolas e ocupantes, fato naturalmente gerador de insegurança.

O advogado da Frente Nacional de Defesa dos Territórios Quilombolas, Onir de Araújo, que presta assessoria jurídica à comunidade quilombola de Morro Alto, é incisivo no que concerne ao papel do INCRA. Ele acusa o INCRA da prática de “racismo institucional”, baseado no argumento de que o INCRA se esquivava do cumprimento da sua própria norma legal. Na opinião do advogado, a procrastinação das notificações está à margem da lei e tem origem nas pressões de grupos com interesse econômicos na região e ao governo federal (OLIVEIRA, 2013).

No artigo de Oliveira (2013), Wilson Marques da Rosa faz críticas contundentes ao INCRA, devido à lentidão no processo de titulação das terras. No seu entendimento o órgão logra os quilombolas, a soldo dos interesses dos “fazendeiros”. Responsabiliza a superintendência regional do INCRA pelos 12 anos transcorridos do processo, sem progressão, tampouco resolução das demandas das minorias.

O presidente da ACROM acusa os produtores rurais ocupantes da região de estarem tentando subornar a população quilombola, oferecendo contrapartida em dinheiro, em troca do abandono das terras reconhecidas do território e parcialmente utilizadas. Dizem-se vítimas de tentativa de suborno para saírem da terra. A área de direito é muito superior ao que estabeleceu o Laudo, o total seria de aproximadamente 48 mil ha. Segundo o presidente, impedido da utilização produtiva do território original, comum, os quilombolas encontram-se dispersos por três núcleos em Morro Alto. (OLIVEIRA, 2013).

No artigo de Oliveira (2013), cita-se José Otávio Catafesto de Souza, estreitamente vinculado ao processo dos direitos dos quilombolas – participante do Relatório Final do Laudo efetuado com vistas às políticas compensatórias, e na condição de coordenador do PBA a ser executado com recursos do DNIT – que alerta para fragilidade institucional dos

direitos dos quilombolas. Na opinião do antropólogo, em razão de os direitos terem sido estabelecidos na Constituição de 1988, é instrumento frágil e novo, para arrostar uma cultura secular, arraigada, de exclusão e marginalização de minoria. Comenta o entrevistado que os interesses preponderantes no território quilombola são as jazidas de mineração, mascarados pela pulverização de pequenos agricultores no território, assessorados pelos sindicatos de classe, ambos organizados na defesa dos interesses comuns. Considera os políticos da Região do Litoral Norte, com interesses no território de Morro Alto, óbices de difícil transposição, à materialização da posse definitiva das terras comunais.

As acusações do presidente da ACROM, do advogado Onir Araújo e do antropólogo Catafesto, não são mero exercício de retórica, com vistas à realização das demandas da comunidade quilombola; a situação no território é tensa e os problemas de maneira geral se agravam.

Nas visitas à comunidade – efetuadas com vistas à aplicação de entrevistas e contatos com famílias quilombolas – foram constatados dois fatos que tiveram o condão de reacender o ânimo dos quilombolas, arrefecido com a lentidão do processo e com a suspensão dos recursos do DNIT: a presença de dois funcionários do INCRA, que de acordo com informações dos moradores começam a notificar posses de quilombolas e de alguns ocupantes – depois de uma longa espera – passo importante na direção da titulação. Outro fato é a ocorrência de uma audiência entre representantes quilombolas e do MPF, onde ficou estabelecida a proibição feita aos cartórios de Maquiné, Capão da Canoa e Osório de firmarem documentação de compra e venda de terras do território quilombola. Em contrapartida às “boas novas” acima indicadas é perceptível a elevação do nível de tensão entre colonos ocupantes e quilombolas. Os ocupantes estão alerta, preocupados com a presença de pessoas estranhas ao ambiente, por confundi-las com funcionários do INCRA, ou algum representantes dos interesses quilombolas. Placas de sinalização do território são retiradas à noite a mando dos ocupantes; local de culto situado em suposta propriedade de colono adventício foi fechado, num claro sinal de repúdio às derradeiras ações do INCRA.

De acordo com depoimento de alguns entrevistados, os ocupantes estão cooptando moradores quilombolas, através do pânico e da “sedução” financeira – estratégia, também, denunciada pelo Presidente da ACROM, na reportagem de OLIVEIRA (2013). Indicam e nomeiam quilombolas que foram militantes históricos aguerridos à causa que hoje fazem correr listas de adesão à causa do oponente, preterindo o processo de titulação. Começam a agir de forma ilegal e individual negociando áreas do território comunal, para especuladores

imobiliários infiltrados em famílias quilombolas, através de casamentos entre quilombolas e não-quilombolas.

O ceticismo se abateu sobre muitos quilombolas e um previsível pragmatismo se adensou naqueles que de forma reticente esposaram a causa, restando inabaláveis na fé, tão somente os que, historicamente encamparam a luta comunitária na sua origem.

Os quilombolas da Prainha foram excluídos do Laudo Antropológico que reconhecia algumas áreas do território como terras quilombolas. Alguns agricultores da localidade são céticos com relação à finalização do processo de titulação da área reconhecida, acreditando que será uma vitória que só os seus filhos irão assistir num futuro intangível, não cogitando à hipótese que as terras da localidade venham ser reconhecida no futuro. Outros, de forma diferenciada, acreditam que o que foi conquistado com o laudo já é satisfatório, que a situação de Morro Alto é confortável frente à realidade de outras comunidades existentes no país. Outro fator gerador de descrença são as posses questionadas por ocupantes no território quilombola, reconhecido, e especificamente no que diz respeito à localidade da Prainha, a ação dos censurados invasores das margens da Lagoa dos Quadros, que constroem casas de veraneio, sem contar com nenhuma medida punitiva ou restritiva, por parte dos órgãos de fiscalização ambiental, ou da Marinha Brasileira, legalmente, proprietária da área em questão.

O que se percebe no presente é um clima reticente entre lideranças quilombolas, típico das situações em contencioso de solução dificultada, que comprometem sobremaneira, os laços de fraternidade comunitária, agastando o espírito de solidariedade e a mútua confiança. As ausências mais prolongadas do presidente da ACROM (que de acordo com informações de alguns quilombolas encontra-se com problemas de saúde, recluso, refratário aos contatos pessoais e telefônicos, na vigência do cargo), naturalmente é, causa de insegurança e instabilidade. O presidente é um fator de agregação histórico, que neste momento poderia atenuar os conflitos verificados na comunidade, tanto no âmbito quilombola como entre os mesmos e os ocupantes.

6 MUDANÇAS, IMPACTOS E MODIFICAÇÕES DECORRENTES DA CONSTRUÇÃO DA RODOVIA BR 101

Gerhardt *et al.* (2000) apontam a diferença no processo de modernização da agricultura do Litoral Norte e das demais regiões do Rio Grande do Sul. O autor dá ênfase aos eventos preponderantes às modificações verificadas no Litoral Norte, que apesar de tardias – na segunda metade do século XX – se processaram de forma lenta, contudo, ininterrupta, trazendo mudanças radicais no âmbito social, econômico e produtivo¹⁴.

Assentado, principalmente, na leitura de GERHARDT (2000), também, na observação direta e no depoimento de alguns quilombolas, constata-se que o quadro agrário do município de Maquiné, a partir da falência do sistema lacustre de transportes foi palco de significativas mudanças. Até o surgimento dos fatores considerados modernizadores (construção da Rodovia BR 101, e o novo sistema de produção “moderno”, decorrente), preponderavam na região à agricultura familiar com produção voltada à subsistência, e outros produtos com destino à comercialização, a exemplo do feijão, suínos, milho, cana de açúcar e fumo, produzidos no sistema tradicional de cultivo de queimada. As práticas de cultivo intensivas direcionadas ao mercado introduzidas na região a partir da década de 60 – não por mera casualidade, paralelo ao novo sistema de transportes- provocou durante um período, forte transformação no o sistema agrário da região.

O contexto modernizador acentuou a valorização das áreas de topografia mais suave, passíveis à mecanização, conseqüentemente, adequadas à produção de cultivo intensiva. Grande percentual dos agricultores da região ficou à margem desse processo, por possuírem propriedades em áreas de encosta, de topografia acidentada, obstáculo natural à adoção das novas técnicas de produção. Ademais, os agricultores que ficaram à margem, mais para o presente, foram gradativamente dissuadidos da prática do sistema de cultivo de queimada, por restrições impostas pela legislação ambiental em vigor, e pelas dificuldades internas e externas no que tange à produção e comercialização da produção. Esse concerto de fatos

¹⁴ Período marcado por transformações radicais em termos sociais, econômicos e produtivos [...] Parece ter se dado por volta da metade dos anos 1970 até mais ou menos o início da década de 1980, anos estes marcados por profundas reestruturações nos sistemas de produção tradicionais-coloniais até então praticados [...] Olhando em retrospectiva, este processo terá sua gênese já a partir da década de 1930, quando começam a ser tomadas iniciativas no sentido de potencializar a navegação lacustre do Litoral Norte. Contudo, as relações de troca, por exemplo, só seriam definitivamente alteradas com o final deste sistema de transporte e a abertura efetiva de uma via terrestre ligando Torres a Osório (a BR101) (GERHARDT, 2000, p.59).

colaborou sobremaneira, para o empobrecimento gradativo desses agricultores familiares locais, provocando um forte êxodo regional, que culminou com a ruína e até extinção de comunidades.

Os antepassados dos quilombolas plantavam roças com cultivos de subsistência, criavam alguns bichos domésticos e tinham também bananeiras, cuja colheita era direcionada para consumo doméstico, sem preço de mercado. Consta-se uma convergência nos depoimentos dos quilombolas entrevistados, no que concerne à forma de subsistência dos seus antepassados no período anterior ao assentamento do leito original da Rodovia. É consensual a ênfase no fato de a alimentação do período ser de melhor qualidade – se comparado ao que consomem no presente – mais variado, com participação dos cultivos domésticos, reforçados pela pesca (ainda abundante) e caça (ainda farta e liberada).

É quase consenso entre os quilombolas a informação de que os seus avós e pais tiveram, também, que ganhar a vida trabalhando em funções alheias à tradição cultural, prestando serviços variados nas cidades do entorno, em algumas circunstâncias adversas. É emblemático o depoimento de quilombola, filho de um desses trabalhadores.

Meu pai, que antes do aparecimento da cana, plantava o alimento da família, pescava e caçava e fazia alguns bicos por aqui, depois que a cana acabou teve que ir trabalhar de pedreiro em Terra de Areia, trabalhando também para agricultores aqui da volta fazendo cerca e na labuta da lavoura. Chegou a trabalhar plantado arroz em Palmares do Sul (ENTREVISTADO 1).

No período, além dos policultivos direcionados à alimentação, à pesca artesanal, caça e coleta, e à mão de obra remunerada, compunham a estrutura da subsistência familiar.

Morro Alto era local de prática extrativista de madeira, coleta de plantas e de adoção de roças de coivara (técnica agrícola tradicional, comum às populações quilombolas, indígenas e ribeirinhas, através do sistema de derrubada e queimada da mata original) tocadas através de mutirão (“Pixurú”).

A região possuía uma fauna rica permissiva às práticas extrativistas dos quilombolas, que também detinham conhecimento sobre a flora nativa, advindo do contato e miscigenação com população autóctone.

Com o declínio do sistema de transporte lacustre, gênese do sistema produtivista moderno, desde a década de 1930, a região se apresentava exaurida, comprometida no que tange ao escoamento da sua produção para mercados demandantes, que conviviam com a concorrência de produtos similares, provenientes de outras regiões, com menor custo e preços mais competitivos. (GERHARDT et al., 2012).

Concomitantemente à crise do transporte lacustre e a implantação do novo sistema através de rodovia, declina o sistema de produção de coivara (derrubada – queimada), método tradicional praticado há três séculos, em razão da intensidade exploratória dos ambientes, que forçosamente reduzem o período de descanso das áreas de produção, fato que praticamente eliminou o revestimento florestal original. (GERHARDT *et al.*, 2012).

Segundo a fonte acima referida, da gênese à afirmação dos complexos agroindustriais, diversos exemplos deixam claro que o desenvolvimento da agricultura fica dependente do setor da indústria, se estabelecendo estreita vinculação entre os dois setores. Encerrado o ciclo de sistema de transporte lacustre, naturalmente outro sistema emerge através da construção e subsequente pavimentação da Rodovia BR 101, com a finalidade de dinamizar a economia regional, essencialmente agrícola, com vistas no melhor escoamento da produção local, maior alcance de mercado, sobretudo abrindo um corredor de passagem à produção de outras regiões, criando mercados de maior amplitude, preparando o cenário à agricultura modernizada, pouco diversificada, com culturas destinadas à exportação e às indústrias de alimentos¹⁵.

A implantação da Rodovia BR 101 atendeu principalmente, o propósito do governo de modernização tecnológica da agricultura, tendo provocando uma natural e previsível valorização das terras da região, haja vista o seu potencial agrícola, à exuberância da paisagem de potencial turístico inquestionável, sem falar da proximidade estratégica com os balneários do litoral norte.

Por conseguinte, “pressão” e concentração fundiária no território quilombola de Morro Alto são decorrências lógicas do concerto de ações modernizadoras adotadas pelo estado, viabilizado mediante a concentração do capital industrial, dos proprietários médios e latifundiários sob sua égide, tendo como exemplos emblemáticos da materialização do intento, o estabelecimento da empresa Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA; a introdução do cultivo da banana nos moldes do sistema produtivo moderno; a extração mineral; a ocupação de muitas partes do território quilombola, com sítios e espaços de recreação e lazer, casas de veraneio, fazendas, e condomínios residenciais.

¹⁵A agricultura tradicional praticada por famílias é forçada a ceder espaço físico para a agricultura modernizada com culturas destinadas à exportação ou às industriais de alimentos que começa a alcançar os mercados dos centros urbanos. Mais que os espaços físicos, a agricultura familiar perde processos e práticas tradicionais de produção que muitas vezes aconteciam em consonância com o meio ambiente (MIELITZ e MELLO, 2010, p.37).

As novas cotações do preço das terras, inflacionados devido suas novas utilizações, provocam uma redução drástica nas propriedades dos agricultores tradicionais, que vieram a perder áreas, por ingenuidade comercial, coação (grilagem), ou ignorância sobre os meios legais de luta pela posse. Em alguns casos a prática agrícola foi integralmente abandonada, levando algumas famílias ao êxodo, e àquelas que optaram por permanecer no local à condição de mão de obra rural, situação pela qual já haviam passado às gerações pregressas, quando da falência do transporte lacustre e do sistema tradicional de cultivo de derrubada e queimada, levando chefes de família quilombolas à procura de trabalho nas cidades do entorno, ou na orizicultura, demandante de mão obra remunerada, a exemplo dos campos de Palmares do Sul. A existência de inúmeros moinhos de farinha de milho e de trigo, atafonas para beneficiamento de mandioca, engenhos de cana de açúcar, que foram gradativamente sendo reduzida, devida escassez de matéria prima básica, que perdeu seu valor como produto de troca (KRAEMER, 2012).

6.1 A implantação da BR 101 e o sistema produtivo local

O término da implantação da Rodovia BR 101 (1968) e o novo sistema de produção moderno trazem no seu bojo a bananicultura, assentada nos pressupostos da chamada “Revolução Verde”¹⁶.

Após o gradual declínio do cultivo intensivo de cana de açúcar puxado pela AGASA – encerrando o ciclo de iniciativas agroindústrias na região – empreendimento de inviabilização atribuída notadamente ao “milagre econômico” do regime militar, que atraiu a mão de obra rural para atividades industriais nos médios e grandes centros urbanos, e em parte devido os custos financeiros das operações de crédito firmadas pelos agricultores junto às instituições financeiras.

¹⁶ Como consequência dos resultados da chamada Revolução Verde, obteve-se um aumento significativo da produção agrícola e pecuária nacional, com uma série de políticas e ações prioritariamente direcionadas aos estabelecimentos rurais patronais. A pequena produção – familiar e camponesa – ficou relegada a um plano marginal, apenas dinamizada através de políticas públicas específicas implementadas a partir da década de 1990 e especialmente conduzidas pela SAF – Secretaria da Agricultura Familiar e pela SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial, órgãos vinculados ao MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. É importante ressaltar que o MDA nasceu e se consolidou naquela década como uma antiga reivindicação dos movimentos sociais rurais (CONTERATO e FILLIPI, 2009).

A bananicultura, de fato, estreou na localidade na década do ano de 1970, em que pese ser cultivada para consumo e até pequena negociação desde a década de 1960, no território quilombola do Espreado (GERHARDT et al., 2000).

O sistema de transporte rodoviário e o sistema de produção moderno tiveram o condão de incluir o território de Morro Alto na cadeia produtiva da banana da Região do Litoral Norte, na qual, cooperativas, centros de abastecimento e atravessadores, a serviço do mercado e a seu alvitre, determinam produção, qualidade, preço e margens, não restando ao pequeno agricultor tradicional sequer a autonomia de escolha do atravessador, por encontrar-se muitas vezes comprometido com o mesmo, devido ao adiantamento sobre produção futura.

De acordo com Gerhardt *et al.* (2000), os quilombolas que optaram pelo cultivo de banana são proprietários de áreas de encosta e morros¹⁷. É importante ressaltar que as atividades mais organizadas, praticadas de forma mais intensiva, como a olericultura, cultivo de arroz e criação bovina não são domínios do agricultor tradicional da Comunidade Quilombola de Morro Alto, devido às dimensões das áreas demandas, à tecnologia empregada e ao capital necessário aos investimentos.

Os contatos com os quilombolas da comunidade de Morro Alto (durante estágio e na oportunidade das visitas efetuadas com vistas à elaboração deste estudo), e a leitura de Kraemer (2012) permitiram à constatação de que as Unidades de Produção Agrícola (UPA) dos quilombolas possuem entre 8 e 20 ha de superfície total com área agricultável, variando entre 3,5 e 10 ha, área reduzida devido, principalmente, à especulação ocorrida na região, em decorrência da construção da Rodovia BR-101.

Gerhardt *et al.* (2000), na elaboração da “Tipologia dos sistemas de produção praticados pelos agricultores locais”, descrevem o cenário da agricultura da Prainha. Nessa localidade se verifica homogeneidade de perfis, tanto no que concerne à prática de atividade de bananicultura e pesca artesanal, quanto à situação econômica e social dos atores, salvo um número reduzido de quilombolas que não praticam a pesca e fazem roças de milho, aipim, batata doce, cana de açúcar voltadas ao consumo familiar e alimentação de criação bovina, suína e de aves.

¹⁷ Nas localidades mais próximas a BR101, numa área que ocupa aproximadamente 400 ha, desenvolve-se nestas encostas a cultura da banana e em menor proporção o cultivo do abacaxi. A adoção destas espécies nestas áreas é bastante beneficiada por suas características climáticas, pois a ocorrência de geadas, fator que limita o cultivo em outras regiões do estado, é quase inexistente. Geralmente a banana é cultivada na meia encosta e de preferência com orientação norte e/ou leste (maior incidência de radiação solar e menor ocorrência de geadas e ventos fortes) e os tratos são realizados com tração animal ou manual. Esta condição mais favorável é, em parte, resultado das melhores características ambientais destas áreas, mas também é devido à proximidade dos mercados consumidores (a própria BR101, os balneários e a capital) (GERHARDT *et al.*, 2000, p.25).

A mesma tipologia se aplica à análise dos quilombolas de Aguapés, Morro Alto e Espreado, que cultivam banana e roças para o sustento, com criação de animais.

Um caso atípico que escapa à tipologia acima citada é de uma família quilombola, fixada em área de campo, às margens da Lagoa do Ramallete, identificada com a atividade agropecuária, mantendo um pequeno rebanho de gado bovino (12 cabeças) de leite e de corte. É um número de animais superior à média de outras propriedades quilombolas. Cria porcos, galinhas, patos e outras aves. Cultiva uma espécie de quintal/pomar, em terras arenosas de baixa fertilidade, nutridas com esterco dos animais. As atividades da propriedade suportam as demandas da família, contando com o aporte de renda de uma aposentadoria, não exercendo atividade de pesca artesanal, mesmo situado às margens da Lagoa do Ramallete. A família se perfila como um ideal de equilíbrio, entre o tradicional quilombola e o moderno, praticando de certa forma, agroecologia, sobrevivendo com qualidade de vida e dignidade, sem abrir mão do engajamento à causa comum.

Grande parte do sustento meu e da mãe é tirado daqui. Crio o gado com pastagem nativa, de corte e de leite. Mato um bicho para estocar carne para o consumo, estou fazendo uma poupança com os animais no campo. Aqui tenho café, feijão, aipim, milho, horta e frutas. Tudo é cultivado com esterco dos animais e do gado e das aves. Essa agroecologia que falam muito agora, nos já fazemos de muito tempo. Nada aqui tem veneno. Olha só a qualidade das plantas. Tenho fé que a titulação vai acontecer. Mas tem gente dentro da comunidade, quem está “jogando bola nas costas”, fazendo o jogo dos políticos da região. Tem até quem está vendendo terra de forma ilegal. O nosso maior prejuízo com a construção da estrada foi a morte da minha irmã, atropelada na Rodovia (ENTREVISTADO 5).

6.2 Contexto da duplicação da Rodovia BR 101, do Laudo Antropológico e Política Compensatória

A duplicação da Rodovia, executada mais recentemente, colaborou para o reforço de todos os fatores que expunham ao risco, a posse de terras dos quilombolas de Morro Alto. Consolidava um sistema de produção, onde o quilombola é um ator secundário. Entretanto, o arejamento proporcionado pela política de reparação de direitos e pela política compensatória (viabilizadora dos projetos voltados à comunidade), estruturou o cenário favorável às novas iniciativas.

Um novo ator desponta no ambiente e virá a compor esta tipologia, caso não ocorra revés. Trata-se de bananicultor, que por força do estrangulamento financeiro adotado pelo atravessador, por vivência pregressa e esforço e, até certo ponto, pela influência das políticas compensatórias do DNIT, uma vez que o PAB executado pela equipe da UFRGS

disponibilizava cursos, distribuição de mudas frutíferas, acompanhamento técnico no processo de formação de pomar palestra sobre Sistema Agroflorestal (SAF), sobre utilização de sementes crioulas, com ênfase na agroecologia. Esse bananicultor se encontra em processo de conversão, de agricultor convencional para agroecológico e é inspiração e exemplo para outros agricultores, se empenhando na difusão da ideia de agroecologia.

Vocês viram antes a minha labuta aqui com a banana. O atravessador ficava com quase tudo que eu produzia. Tinha que trabalhar sem descanso no verão para garantir as despesas da família e fazer alguma melhoria na propriedade. Às vezes trabalhava toda a família. Pensei em mudar, vender e ir buscar uma outra vida. Mas minha vida é aqui. Já pensava na agroecologia, conhecia a ANAMA e fui muito incentivado pelo pessoal da UFRGS. Fiz curso em Pelotas para SAF, participei de palestras, por conta das políticas compensatórias. Já me sentia preparado para mudar. Veio o Projeto da ANAMA/PETROBRAS e foi a largada. Estou quase concluindo a mudança dos bananais para a agroecologia, vendendo para a PNAE, com o apoio do Projeto. Negocio também com uma rede de supermercados, através de um intermediário. Tudo melhorou como vocês podem ver. Tenho o Tobata, adquirido pelo PRONAF, agora que tenho o DAP; comprei esse auto para locomoção da família e meu filho voltou para trabalhar com a banana agroecológica. Penso em fazer um contato com a ACROM, para reunir os produtores que quiserem mudar. A ACROM com a estrutura que já tem, pode nos dar o apoio que hoje temos da ANAMA. Não podemos deixar morrer a ideia e o que está dando certo. Vou continuar trabalhando na praia, porque o dinheiro é bom e cobre o período de suspensão de compra do PNAE, só que com mais liberdade. Venho fazer no final de semana a manutenção. Não compensa contratar mão de obra de fora. Dá empate. Acho que a situação do quilombo é boa se comparada com outros quilombos que tem pelo Brasil afora (ENTREVISTADO 3).

Figura 4: Bananicultor em transição agroecológica



Fonte: Lair Medeiros de Araújo (2011).

Figura 5: Agrofloresta - transição inicial



Fonte João Alcântara de Meireles (2011)

Como outros agricultores de Morro Alto e entorno – não quilombolas – o quilombola conta com o apoio da Associação Nascente Maquiné (ANAMA), através do Projeto Agricultura Familiar e Agroecologia: qualidade de vida e geração de renda no Litoral Norte do Rio Grande do Sul¹⁸, que conta com o patrocínio da Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS). O apoio se estende desde o acompanhamento técnico, monitoramento do cultivo, crédito para insumos naturais, suporte burocrático, captação de clientes, etc. Não exclusivo para os quilombolas, tendo alcance abrangente na Região de Maquiné, em que pese estar mostrando sua eficácia no que diz respeito à melhoria das condições de vida do quilombola pioneiro. O agricultor quilombola já se encontra próximo à certificação total da sua área de produção – parte do bananal se encontra em processo de transição, com sua produção negociada com atravessador do mercado convencional. Parte da sua produção agroecológica é negociada com o Programa de Alimentação Escolar (PNAE), com a intercessão do projeto ANAMA/PETROBRÁS. O que não é demandado pelo PNAE é negociado com a Rede Zaffari de Supermercados, mediante atravessador específico. O agricultor em transição tem claro que só ganha na operação com o grupo Zaffari, pela margem do melhor preço obtido com o produto, ciente que só trocou um tipo de atravessador mais afinando com o mercado, por outro, que constitui um novo nicho, já se apropriando de parte

¹⁸ O Projeto “Agricultura familiar e Agroecologia: qualidade de vida e geração de renda no Litoral Norte do Rio Grande do Sul” tem como meta Fortalecer a agricultura familiar através da qualificação dos meios de produção, comercialização e da consolidação de políticas públicas. Apoiar iniciativas de famílias que buscam a transição para uma matriz agroecológica, com práticas sustentáveis e segurança alimentar. Fomentar diferentes formas de comercialização e de consumo consciente; Contribuir para um desenvolvimento local equilibrado sócio-ambientalmente. (ANAMA).

da margem de lucro e que, fatalmente, virá a adotar as mesmas práticas do ator do mercado convencional.

Um agricultor quilombola, refratário e apartado das lutas e demandas da Comunidade, contatado na oportunidade do estágio em UPA, desde 2011 estabeleceu vínculos com uma Cooperativa de Osório (RS), e processa modificação nos seu bananal, fornecendo parte da sua produção para o PNAE. Era um caso isolado atípico, haja vista tratar-se de um ator com vinculação estreita com o Sindicato de Agricultores de Maquiné (ligado a FETAG), onde exercia uma função burocrática. No presente existe mais um agricultor quilombola, que através de Projeto da ANAMA/PETROBRÁS, está em processo de transformação total da sua produção, já atendendo o PNAE, e negociando com rede de supermercado, o produto orgânico.

Outro bananicultor quilombola chegou a participar das primeiras reuniões com os quadros da ANAMA, mas desistiu de continuar, por conta das reuniões e compromissos outros, que não coadunavam com sua tradição cultural.

No âmbito agrícola quilombola, no que diz respeito à bananicultura, existe agricultores que, em função da fragilidade de capital, não alcançam um terço do preço pago por atravessadores a outros quilombolas melhor estruturados. A diferença reflete de forma nítida na condição socioeconômica desses atores que, normalmente, são também pescadores artesanais, fazendo serviços eventuais remunerados para outros agricultores mais capitalizados.

Figura 6: Bananicultor quilombola



Fonte: João Alcântara de Meireles (2011)

Figura 7: UPA de quilombola bananicultura / e pesca.



Fonte João Alcântara de Meireles (2011)

Não tenho esperança que o problema das terras dos quilombolas vá se resolver pra minha geração assistir. Talvez meu filho de 16 anos veja. As daqui da Prainha nem pensar. Olha na volta e veja quantas casas foram feitas de 2011 pra agora. A margem da Lagoa está cheia de casas. Toda hora se vende e compra casa e terreno. Eu mesmo vendi esse pedaço para um camarada de Capão. Vou investir na casa. Não, não quero PRONAF, minha casa minha vida, e não vou para agroecologia. Vai que a coisa muda. Não vou ter quem compre a banana sem veneno. Vou continuar com o comprador de sempre. Me paga menos, mais garante a compra de toda produção e me adianta dinheiro quando a coisa aperta. Meu pomar não está produzindo igual aos mais fortes. Eles vendem com preço três vezes maior que o valor da minha fruta. Olha os pomares na faixa. Tem cobertura de cacho, trilha para o alto do morro, tobata com reboque para transporte, e empregado diarista. Eu mesmo de quando em vez trabalho pra eles (ENTREVISTADO 1).

O quilombola mais frágil, por força do sistema de produção da banana, teve que incorporar o uso de insumos químicos e técnicos comum a todos os produtores, entretanto, negligenciando cuidados adicionais com o cultivo – cobertura de cachos, manutenção mais regular dos pomares, mecanização apropriada e utilização adequada de insumos – pela divisão de tempo com a pesca e eventuais serviços prestados a terceiros. Como mão de obra adicional contam com a ajuda eventual de esposas e filhos, porém, não cogitam contratação de mão de obra.

A situação financeira desse segmento de agricultores é delicada, em razão do preço aviltado do seu produto, devido à qualidade inferior, à depreciação natural do intermediário de quem recebem adiantamentos, à cotação do momento da operação, não usufruindo altas ocasionais do produto.

Vale ressaltar que os quilombolas supracitados estão na faixa etária de 40 a 50 anos, não auferindo renda não agrícola proveniente de aposentadorias rurais, exceto aqueles que

possuem pai ou mãe residindo na vizinhança, que recebem o benefício como agricultor ou idoso.

Faço com a banana uns setecentos reais. Faço bico, como agora tô fazendo essa cerca e ajudo na parceria os companheiros aqui da volta. Minha banana está sem veneno. Cheguei a ir nas primeiras reuniões da ANAMA, mas deixei de ir, por que as vezes tinha outras coisas pra fazer. Acho que vou voltar a procurar o pessoal. [...] Minha irmã e minha mãe moram do lado da minha casa. Minha mãe é aposentada. [...] Não, nunca me meti com pesca (ENTREVISTADO 2).

Banicultores que exercem atividade de pesca artesanal usufruem um seguro no valor de um salário mínimo, durante o período resguardado à Piracema¹⁹. Os pescadores sindicalizaram suas esposas na categoria, pela incumbência de cortar os filés de pescado, embalar e até comercializar o produto, usufruindo alguns direitos dos maridos pescadores.

A pesca, segundo os próprios praticantes, é bem mais interessante como meio de geração de renda em contextos favoráveis – em razão de seu custo muito baixo e da melhor margem obtida – se comparado à bananicultura, que exige além de manutenção constante, o uso de insumos caros, onerosos para o bananicultor/pescador mais frágil. Gradualmente, ano a ano, vem reduzindo sua produtividade, sendo consensual o depoimento de que a escassez do peixe é decorrência da ocupação das terras baixas que margeiam a Lagoa dos Quadros, alagáveis, formadoras de banhados de águas mais quentes, apropriadas à desova dos peixes.

O local de garantia de perenidade de fauna – Lagoa dos Quadros – foi tomado pelas atividades agrícolas dos maiores proprietários. De forma semelhante e com reflexo na produção da Lagoa – conseqüentemente na atividade pesqueira quilombola – o mesmo equívoco é praticado nas margens do Rio Maquiné, pelas granjas de arroz.

O peixe tá muito ruim. Dia a dia vai caindo a produção. Ainda dá pra tirar alguma coisa pra comer. Foi o que já te disse, as terras de banhado são usadas pro gado arroz e horta e era onde os peixes faziam a desova. Não usamos rede fora do normal. O quilombola que depende do peixe, não pesca na piracema. Recebi o barco de madeira do DNIT, mas o motor não veio como tinham prometido (ENTREVISTADO 1).

Os quilombolas produtores de banana, que alcançam melhores preços com os intermediários, por maior incorporação de insumos à atividade agrícola, não praticam pesca artesanal, e acabam produzindo alimentos para consumo familiar como milho, aipim, batata doce, abóbora, amendoim, feijão, cana-de-açúcar e leguminosas específicas à alimentação

¹⁹ Movimento migratório dos peixes, no sentido contrário à correnteza do rio, com fins de reprodução. Ocorre na época das chuvas. Durante o período da piracema a pesca é proibida. (Dicionário Informal).

animal. Geralmente, possuem gado bovino, suíno e aves domésticas em pequena quantidade. Alguns são pluriativos²⁰, exercendo funções sazonais, calendário de festas e eventos. Trabalham como garçom, cozinheiro, caseiro, etc., nos balneários do entorno. Os Agricultores enquadrados no perfil acima descrito dedicam-se maior tempo à qualidade da produção, tanto na manutenção dos pomares e cuidados com os frutos em todas as etapas, quanto à utilização de insumos, contando com ajuda de esposas, filhos, irmãos, em um sistema de mútua colaboração.

Desse agrupamento é de onde se anuncia o pioneiro da agroecologia, já mencionado, crédulo no acerto da mudança do sistema de produção, em razão da vivência e orientação pregressa e, também, pela irrefutável melhoria das condições materiais de vida, demonstradas na posse de implementos agrícolas – tobata e reboque – automóvel, reformas de residência, construção de casa de filho, na alimentação familiar, etc. Segundo depoimento do agricultor, o melhor resultado é a vinda do filho, já com família constituída que trabalhava no setor de serviços, num dos balneários da região, para as atividades agrícolas, garantindo a continuidade familiar na propriedade e na produção agrícola. Ademais, se encorajam à constituição de obrigações financeiras junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), viabilizadas com a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF).

Cabe reflexão se porventura uns poucos agricultores quilombolas – em detrimento da maioria – venham a colher êxito com a mudança de sistema de produção, tocando de forma autônoma todo o processo de produção, os expedientes burocráticos e comercialização, se não estaria sendo gerado um conflito imprevisto, constrangedor, de difícil administração: entre membros de uma mesma comunidade.

A ideia de “sustentabilidade”, por exemplo, constitui evidentemente uma destas categorias que, inovadora, introduz fatores de perturbação/diferenciação das bases de legitimidade (a eficiência técnica convencional) do conjunto de atividades. Em torno a ela, abre-se, por certo, a luta entre os que pretendem alterar ou reforçar a distribuição de legitimidade e, portanto, de poder tanto sobre mercados como sobre mecanismos de acesso a recursos do meio material, apresentando-se como portadores da nova consciência ampliada – a da utilização sustentável dos recursos. Mas mais do que uma disputa entre alternativas técnicas que procurem mostrar-se

²⁰ Entendida como a expressão de inúmeras formas de trabalho, sobretudo combinações entre trabalhos agrícolas com outros do ramo industrial, fora ou dentro da propriedade, com uma outra fonte de renda, o que implica mobilidade, desempenho de outras tarefas que não as agrícolas, combinações de desenho familiar com a dinâmica espaço-temporal e funcional da lógica econômica e produtiva industrial. É importante dizer que há muitas controvérsias entre as noções que incorporam conceitos parecidos, como o *full-time* e *part-time*. (Dicionário Informal).

mais econômicas quanto aos níveis de uso / perturbação de ecossistemas, sabemos que a noção de sustentabilidade pode trazer para a agenda pública também sentidos extra – econômicos que acionam categorias como justiça, democratização diversidade cultural (ACSELRAD, 2004, p.16).

Kraemer (2012) informa que, na comunidade Quilombola de Morro Alto, existe um expressivo número de agricultores, chefes de famílias, que exercem a atividade de agropecuária, voltada principalmente para o consumo, com o intuito de uma pequena comercialização e formação de poupança. Algum desses quilombolas exerceu, no passado, atividades não agrícolas no território, em decorrência das transformações ocasionadas pela infraestrutura rodoviária. Indica, também, o fato de outros terem ficado fora do território durante algum tempo, em razão das modificações ocorridos no local pelos eventos já mencionados no texto, tendo retornado depois de aposentados. Os descendentes seguiram os mesmos passos, em grande maioria residindo no local, exercendo atividades na área de educação, segurança, saúde, construção civil e nos serviços das atividades de recreação do entorno. É o grupo quilombola que conjectura à ocorrência de desenvolvimento mais abrangente do território, que venha a absorver às novas gerações, desenvolvimento este que poderá se manifestar através da produção agroecológica, da atividade de pesca, criação de gado de leite e de corte, turismo rural, educação e serviços diversos.

Meu pai nos criou aqui no Espraiado tirando o sustento da lavoura. Sempre nos orientou no sentido da procura da educação, ele morreu cedo e meu irmão mais velho assumiu a função de pai de família, cuidando da lavoura e de nós. Me formei na área de educação, tendo outras irmãs também formadas que moram fora daqui. Fiquei pela luta dos quilombolas, pela causa da educação, criando meus filhos no sentido da preservação dos valores da nossa cultura, norteados para se educarem. Um tem como eu, formação superior, trabalhando na administração do município de Maquiné. O outro tem nível técnico e atua como segurança. No verão trabalho como doméstica na praia, com uma família, cuidando na baixa temporada, da sua residência. O dinheiro compensa e estou acostumada com o batente. Com a morte do irmão a cultura da banana ficou abandonada. Agora está sendo tocada por um dos meus filhos e meu sobrinho, já considerando as possibilidades agroecológicas. Lido diretamente com os interesses da ACROM, por fazer parte, da sua direção. Recentemente conseguimos que a Escola Estadual de Morro Alto seja a primeira voltada à formação de quadros quilombolas. Com relação ao processo de titulação e a continuidade das políticas compensatórias, tenho o sentimento de que fomos abandonados. Essa situação é muito negativa, por causar cansaço, gerar descrença e, posturas individualistas, entre os quilombolas (ENTREVISTADO 7).

Compõem a maior expressão percentual de quilombolas envolvidos com a agricultura sendo beneficiários de aposentadorias, possuindo através dos descendentes, significativo reforço de renda não agrícola, por suas atuações em atividade diversas, formais e informais. Esse conjunto de agricultores quilombolas cria gado, suínos e aves, paralelo aos

cultivos agrícolas – feijão, milho, aipim, abóbora, melancia, amendoim, frutas e hortaliças voltadas ao autoconsumo, e à ração animal – milho, milheto e sorgo. O maior percentual da área das propriedades é acidentado, viável à fruticultura e silvicultura. As culturas são realizadas em áreas planas de terrenos mais férteis. O cultivo de aipim em terras arenosas da planície costeira, área apropriada à pastagem, em razão do revestimento de gramíneas nativas. (KRAEMER, 2012).

Considerando os efeitos do segundo evento de infraestrutura – duplicação da Rodovia BR 101 – e as modificações ocasionadas na comunidade quilombola de Morro Alto, é dispensável considerações a respeito dos eventuais efeitos negativos sobre o território, fato já evidenciado no capítulo 5 do presente trabalho e no cenário atual das atividades produtivas da comunidade do Morro. É pertinente avaliar prováveis benefícios e melhorias advindas com a obra, a partir das políticas públicas compensatórias e mitigadoras facultadas pelos recursos originados do DNIT, cuja aplicação foi submetida aquele órgão executor da obra e ACROM, através de PAB elaborado e executado por quadros competentes da UFRGS/Laboratório de Arqueologia e Etnologia/IFCH/UFRGS LAE.

No que concerne à agricultura, o suporte do quadro de agrônomos envolvidos com o projeto foi de suma importância à conscientização dos agricultores de modo geral – dos bananicultores particularmente –, a respeito das possibilidades da alternativa agroecológica, dos cursos administrados de técnica agroflorestal, sementes crioulas, etc, além do apoio técnico norteado pelo novo modo de produção para os vários cultivos praticados na comunidade.

Os agrônomos do projeto criaram, através de sistema de mutirão comunitário, uma horta de ervas aromática e medicinal, no sistema agroecológico, entre os quilombolas mais carentes da comunidade, que não praticam agricultura, voltada à comercialização. Kraemer (2012) informa que esse contingente é composto por trabalhadores rurais remunerados e por outros que exercem pequena agricultura de quintal, ou em propriedade patronal, por cessão de espaço, estimados em 10% da população residente na Comunidade de Morro Alto.

O projeto distribuiu cinco mil e setecentas (5.700) mudas frutíferas entre a população da Comunidade quilombola de Morro Alto, alcançando todo o território reconhecido e o que foi excluído, com vistas à formação de pomar – quintal e de pomar agroflorestal – junto com o bananal orgânico, palmeiras Jussara, adultas e recentemente plantadas. Plantio e acompanhamento contaram com a supervisão dos agrônomos da UFRGS, até a duração da última etapa de aplicação de recursos.

Os agrônomos da UFRGS foram muito importantes pra gente. Eu já tentava produzir minhas frutas e verduras sem veneno. Era uma luta, por causa das lagartas, formigas e outros problemas. Com eles tivemos mais informações sobre a lida com os cultivos. Sempre me entendi com todos que passaram por aqui. Olha que sou um cabôco desconfiado. Sempre estou achando que querem passar mel na minha boca, como penso que o governo fez com a gente. Agora mesmo vou colher couve para meu suco, limpinha sem veneno. Acho essa ideia de agroecologia boa. Talvez volte a plantar mais dessa forma quando distribuir as terras da comunidade (ENTREVISTADO 4).

Com relação à pesca, foram distribuídos dois barcos de maior capacidade e qualidade a dois quilombolas bananicultores/pescadores da Prainha, ficando os motores de popa, para a etapa subsequente, sendo que até o presente não se concretizou, mediante liberação dos recursos, conforme consenso do MPF, DNIT, UFRGS/LAE/ACROM.

Como já mencionado, a pesca é de vital importância na composição da renda do quilombola, sendo praticada por parte da população tradicional, que tem também a bananicultura como alternativa de subsistência.

As políticas compensatórias direcionadas à pesca tinham o propósito de modernizar os equipamentos dos pescadores, visivelmente obsoletos, com a maior parte não dispendo sequer de motores de popa, para alcance das redes a maiores distâncias da Lagoa dos Quadros e da foz do Rio Maquiné, e à própria segurança dos pescadores, em circunstâncias de intempéries.

A suspensão dos recursos do DNIT, no ano de 2012, não permitiu o equipamento mínimo para o pescador, num momento de queda expressiva e contínua do volume de pescado. A situação da pesca, associada à vulnerabilidade da cultura da banana, agrava sobremaneira a situação dos quilombolas bananicultores/pescadores, haja vista às cotações obtidas junto aos atravessadores serem de média à baixa, devido à qualidade do produto e pelo fato de encontrarem-se muitas vezes, endividados com esses intermediários, sem nenhum poder de barganha.

Esses quilombolas são refratários a ideia de mudança para o sistema de produção agroecológico, por não serem atores pluriativos – numa condição que permita à capitalização da sua atividade produtiva ou formação de qualquer espécie de poupança – e temerem o agravamento da sua situação financeira nos momentos em que as compras são suspensas no calendário do PNAE. Temem, também, ocorrer mudança na política e ficarem sem mercado junto ao segmento comercial convencional.

Fato é que se trata de agricultores nitidamente descapitalizados, situação perceptível na posse dos equipamentos voltados à agricultura, na qualidade das residências e

disponibilidade de bens de consumo doméstico, frente ao constatado em outras famílias quilombolas.

A distribuição de alimentos do Programa Fome Zero²¹, quando na oportunidade do estágio (2011) foram suspensos. O programa “minha casa minha vida²²”, do Governo Federal, voltado à comunidade, colheu a relação dos quilombolas que faziam jus ao benefício, em um processo aparentemente tumultuado, no âmbito comunitário, por suposta disputa de prestígio e influência, na listagem dos beneficiários. O acesso ao PRONAF é restrito a poucos agricultores de Morro Alto. Dos contatos efetuados, só um agricultor quilombola está apto à política, tendo contraído um empréstimo inaugural, para aquisição de implemento agrícola, além do quilombola refratário às demandas da comunidade, ligado a FETAG, que já vem praticando agroecologia desde 2011, ostentando melhor condição financeira e qualidade de vida diferenciada.

²¹ O Programa Fome Zero é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome;

²² O Minha Casa Minha Vida é um programa do governo federal que tem transformado o sonho da casa própria em realidade para muitas famílias brasileiras. Em geral, o Programa acontece em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade quilombola de Morro Alto foi cenário de mudanças e modificações nas suas dinâmicas, em razão do assentamento do leito original da BR 101, ocasião em que os direitos de minorias étnicas ainda não estavam assegurados constitucionalmente.

Se o Estado não garantia aos quilombolas direitos elementares, paralelamente os movimentos sociais – particularmente o movimento negro – não se encontravam organizados a ponto de proporcionarem um suporte adequado aos quilombolas, no que tange à reivindicação de direitos, frente à ação dos interesses do governo e dos detentores de capital.

Quando o órgão competente à execução da infraestrutura rodoviária atravessou o território quilombola, causando impactos abrangentes – econômicos, sociais e culturais –, foram feitas promessas inócuas, que não se cumpriram no transcorrer do tempo.

A comunidade teve que se adaptar à circunstância, para sobreviver e não abandonar seu território histórico, sua cultura e tradição.

Com o advento da duplicação, pensada mais uma vez, para cumprimento das demandas e interesses do governo e de empreendedores capitalistas, a comunidade fatalmente seria afetada no arranjo que forçosamente – com muito sacrifício e prejuízos materiais e imateriais – havia efetuado para convivência com a inexorável realidade da modernização da infraestrutura rodoviária.

Na ocasião das ações preliminares com vistas à duplicação da rodovia, o país usufruía um clima político mais arejado, resultante dos avanços conquistados após o término do regime militar, da redemocratização e, principalmente, da promulgação da Constituição Federal em 1988.

Os movimentos sociais, que foram amordaçados durante a vigência do regime castrense, voltaram à cena e se empenharam para realização das demandas sociais reprimidas das categorias que representavam. O movimento negro, por seu turno, conseguiu com engajamento à causa, os direitos expostos no artigo 68, da Constituição Federal, o que hoje possuem os remanescentes de comunidades dos quilombos.

É nesse cenário mais arejado politicamente que os quilombolas de Morro Alto – entre o ano de 2000 e de 2006 – criam a Associação, se habilitam à ação pública impetrada pelo MPF, com vistas às políticas compensatórias e mitigadoras decorrentes da duplicação. Presença e participa de um estudo Laudo Antropológico junto à comunidade, que tinha como principal objetivo respaldar os pleitos de reconhecimento dos remanescentes de quilombos assente com o citado artigo 68, tendo a sua demanda territorial, acatada parcialmente. O

período de êxitos culminou com o julgamento favorável da ação do MPF, que impunha ao DNIT ressarcimento dos prejuízos causados aos quilombolas do Morro Alto.

O tempo demandado para reconhecimento de direitos, desde 1950 até 2006, sem dúvida, foi um combustível incandescente à geração de conflitos políticos, sociais e ambientais.

O desdobramento dos passos do processo de titulação junto ao órgão governamental competente, a suspensão – até o presente não justificado – dos recursos do DNIT, referentes à política compensatória, são fatos que adensam os conflitos que a comunidade de Morro Alto convive desde a década de 50 e deixam indicadores de prática de injustiça e racismo ambiental.

Na continuidade, algumas considerações sobre as mudanças/modificações ocorridas na Comunidade quilombola de Morro Alto, vindas no bojo dos três eventos detalhados no capítulo 5 deste estudo – a implantação da rodovia ano de 1950, a duplicação no ano 2000 e o resgate de direitos, através do reconhecimento do território e da política compensatória e mitigadora por danos causados pela última intervenção no território – e seu reflexos nos sistemas produtivos (banana e pesca), concentração fundiária (migrações / êxodo), bem como eventuais melhorias constatadas e previstas.

Com o intuito de tornar mais nítida (e situado mais contemporaneamente) a transformação vivida pela comunidade de Morro Alto, foi utilizada os trabalhos de Gehhardt et al. (2000) e Kraemer (2012), devido à utilização que ambos fazem da análise da evolução dos sistemas agrários, nos seus respectivos estudos sobre a Região de Maquiné/Morro Alto. A falência do sistema lacustre de transporte da Região do Litoral Norte, concomitantemente ao colapso ecológico do sistema de coivara (ou derrubada queimada), foi o marco inaugural das transformações mais radicais vividas pela Comunidade quilombola de Morro Alto, cujo ápice ocorreu com a implantação do sistema rodoviário (BR 101) e o advento dos sistemas produtivos modernos. A atividade de bananicultura, por compor uma cadeia mais organizada e consolidada, é onde se verifica de forma mais nítida os efeitos negativos da modernização e os ensaios de mudança, que venham a favorecer os agricultores quilombolas, financeiramente mais vulneráveis, detentores de áreas de menor extensão, parte mais frágil da cadeia, por consequência vítimas maiores do atravessador.

É oportuno observar que alguns atravessadores são bananicultores mais produtivos dentro dos padrões do mercado convencional, em localidades fora do território quilombola e dentro do mesmo, por terem adquirido propriedades de atores tradicionais, que desistiram da agricultura, rumando ao êxodo, após as mudanças na infraestrutura rodoviária, por força da

especulação com o preço da terra. Barcellos et al. (2004), já citado no capítulo 5.2. p.32, deste estudo, dá conta que, além da revalorização das terras, a infraestrutura rodoviária introduziu no território quilombola, elementos detentores de “Know – Haw”, recursos e poder adaptados aos ditames da sociedade moderna, levando os quilombolas à condição de agricultores secundários, ou mão de obra assalariada.

O fato alvissareiro para os quilombolas, verificado depois da duplicação da rodovia BR 101, é o embrião da mudança do sistema de produção de bananas, do modo convencional (indubitavelmente controlado pela parte capitalizada da cadeia produtiva) pelo sistema agroecológico, como uma alternativa à “sustentabilidade” econômica e ambiental.

Esse novo movimento, apesar da virtuosidade, poderá vir a constituir-se numa nova frente geradora de conflitos, de maior complexidade, por envolver membros quilombolas da comunidade, já no presente em condições socioeconômicas de visível disparidade, quadro que poderá vir a se acentuar na eventualidade de êxito da mudança do sistema de produção, na hipótese de não ocorrer à inserção dos quilombolas refratários, resistentes à conversão, por temor compreensível (mudança na política do PNAE) e, sobretudo, em decorrência da fragilidade desses quilombolas, no que concerne a diversas expressões de “capital”.

A hipótese de suspensão dos recursos da PETROBRAS para esse projeto de agroecologia (conta com todo suporte técnico/operacional da ANAMA) é fator de preocupação, haja vista a possibilidade de os agricultores – na maioria não quilombolas – não se encontrarem adequadamente preparados para tocar, de forma independente, o processo.

Seria lamentável o projeto não ter continuidade, tendo em vista a melhora visível na condição de vida desse ator, proporcionada pelos melhores preços obtidos pelo seu produto, sem divisão de resultado com intermediário, além do fato de o seu exemplo começar a inspirar outros quilombolas, levando-os a pensar flexibilizar os arraigados hábitos culturais, em troca de melhor condição de vida.

O agricultor quilombola, pioneiro, pensa numa articulação com a ACROM, para que ela dispense parte do suporte, proporcionado hoje, pela ANAMA/PETROBRÁS.

A questão da pesca é desanimadora de solução imprevisível e desfecho intangível, por consequência, mais gerador de conflitos.

A quase totalidade das terras baixas (banhados), às margens da Lagoa dos Quadros é de propriedade de agricultores de origem “européia”, designados “brancos ocupantes”, que exercem atividade mais intensiva nessas áreas, dentro dos padrões considerados modernos. Criam gado, plantam arroz e hortaliças.

O fato das terras da Prainha terem ficado fora do laudo, enfraquecendo ainda mais qualquer esforço dos quilombolas no que concerne às reivindicações de preservação de fauna da Lagoa dos Quadros, vai de encontro aos interesses dos “ocupantes” /proprietários das terras baixas da localidade.

Segundo os quilombolas pescadores, a utilização dessas áreas, por eles considerados de desova dos peixes, devido à temperatura mais quente quando ocorrem às cheias, é o fator principal da redução do volume de pescado.

Pelo constatado no local, permanecerá o conflito – tanto no que diz respeito à exclusão do território, quanto com relação à pesca – velado ou notório – e uma sensação negativa para os quilombolas de Morro Alto de forma geral, bem como para os da Prainha, especificamente – no que concerne à posse de terras e à pesca – de preterimento, exclusão social e racismo ambiental, como apregoam lideranças e advogado dos quilombolas.

O sentimento acima é compartilhado entre os quilombolas, de forma quase unânime, tanto no que diz respeito à integridade do meio, quanto ao resgate do patrimônio territorial coletivo, da sua história e cultura, não ficando alheada à menção às melhorias em andamento, parcialmente admitidas, assim como panoramas mais otimistas para o futuro.

À possibilidade de utilização do conceito de justiça ambiental, para aplicação num estudo sobre a comunidade quilombola de Morro Alto, dado à contemporaneidade do conceito e às especificidades culturais dos quilombolas, às demandas realizadas, em processo e conjeturadas, ficará em aberto, para eventual futuro estudo.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, Fund. Heinrich Boll, 2004.

_____, H., S.; PÁDUA, J. A. (Orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relumê Dumará: Fundação Ford, 2004.

BALDIN, N; MUNHOZ, E.M.B. **Snowball** (Bola de Neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Curitiba 7 a 10 de novembro de 2011. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf> Acesso em: 10 jul. 2013.

BARCELLOS; M. *et al.* **Comunidade Negra de Morro Alto**: historicidade, identidade e territorialidade. Porto Alegre: UFRGS: Fundação Cultural Palmares, 2004.

BRITO *et al.* Conflitos socioambientais no século XXI. **PRACS**: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, p.51, 8 dez. 2011.

CONTERATO, M. A.; FILLIPI, E.E. **Teoria do Desenvolvimento**. SEAD / UFRGS . Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2009.

FERNANDES, M. B., RAMOS, I. C. A., SANTOS, S. dos. **Programa Básico de Apoio**: A Comunidade Quilombola de Morro Alto/RS e a duplicação da BR101. Brasília, fevereiro de 2007.

GERHARDT, C. H. *et al.* **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental do Município de Maquiné-RS**: perspectivas para um desenvolvimento rural sustentável. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/523.pdf>> Acesso: 20 out. 2011.

KRAEMER, M. F. E. Agricultura e estratégias de reprodução socioeconômica no quilombo do Morro Alto-Maquiné/RS: Cenários de desenvolvimento local através da análise de sistemas agrários. 2012. **Dissertação mestrado**. UFRGS.

LITTLE, P. E. **Os Conflitos Socioambientais: um campo de estudo e de ação política**. In: BURSZTYN, M. (Org.) **A Difícil Sustentabilidade: POLÍTICA energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

_____. **Ecologia Política Como Etnografia**: um guia teórico e metodológico. Universidade de Brasília, 2001. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br>>. Acesso em: 4 ago 2012.

_____. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrs.br>>. Acesso em: 4 ago 2012.

MIELITZ, C. G. A. N.; MELO, L. M.; MAIA, C. M. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural no Brasil**. SEAD / UFRGS. Porto Alegre UFRGS, 2010.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. NÚCLEO COMUNIDADES INDÍGENAS E MINORIAS ÉTNICAS. Disponível em: <<http://www.prrs.mpf.gov.br/home/bancodocs/pii/porto-alegre/nucime>>. Acesso em: 16 ago. 2012.

OLIVEIRA, S. Comunidade quilombola de Morro Alto aguarda titulação de terras. **Sul 21**. 25 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/2013/01/comunidade-quilombola-de-morro-alto-aguarda-titulacao-de-suas-terras/>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

SANTILLI, J. **Sociambientalismo e Novos Direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo; Petrópolis: IEB/ISA, 2005. p. 31-40.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS. Faculdade e Agronomia – AGR 99004. **Planejamento Agrônomo Integrado**. Porto Alegre, julho de 2010. Disponível em: <http://dc224.4shared.com/doc/NXm0_NV6/preview.html>. Acesso em: 5 abr. 2013.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ACSERAD, H.; MELLO, C.C.A. **Conflito social e risco ambiental** : O caso de um vazamento de óleo na Baía de Guanabara. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=justica_ambient_e_const_social_do_risco.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2013.
- ACSELRAD, Henri **Justiça Ambiental e Construção Social do Risco**. UFRJ/IPPUR. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br>>. Acesso em: 4 ago. 2012.
- ALMEIDA, A.W. B. Terra de Preto. Terra de Santo, Terra de Índio: uso comum e conflito. In: GODOI, Emilia Pietrafesa; MENEZES, Maria da Aparecida de; MARIN, Rosa Acedido (orgs.). **Diversidade do Campesinato: expressões e categorias**. v 2, Parte I, p. 39. Disponível em: <pagina13org.br/download/diversidade_do_campesinato_vol2.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2012.
- ALONSO, A.; COSTA. V. **Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil**. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br>>. Acesso em: 8 ago. 2012.
- BINKOWSKI, P. **Conflitos ambientais e significados sociais em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do Rio Grande do Sul**. 2009. Dissertação de Mestrado Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional no Rio Grande do Sul. **Diário Oficial da União**. Brasília: 16 mar. 2011, n. 51, Seção 3, p. 100 – 103. Brasília: Imprensa Oficial, 2011.
- CARVALHO, I. C.M. *et al.* Roteiro Metodológico. In: CARVALHO, I. C. M.; SCOTTO, G. (Org.). **Conflitos Socioambientais no Brasil**. v. 1. Rio de Janeiro: IBASE; 1995.
- CARVALHO, I. C. M.; SCOTTO, G. (Org.) **IV Fórum de Educação Ambiental. I Encontro da Rede Brasileira de Educação Ambiental**. Projeto Roda-Viva. Instituto Ecoar para a Cidadania. Rio de Janeiro: INESC, 1997. p.129-132.
- CARTIER, R. *et al.* **Vulnerabilidade Social e Risco Ambiental: Uma Abordagem Metodológica Para Avaliação de Injustiça Ambiental**. 2009 Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br>>. Acesso em: 8 ago. 2012.
- COTRIM D. S.; GARCEZ D.; MIGUEL L. Litoral Norte do Rio Grande do Sul: sob a perspectiva de diferenciação e evolução dos Sistemas Agrários. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 9., 2007, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SBSP, 2007. Disponível em: <http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/51.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2011.
- DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001.
- KUBO, R.; SOUZA, G.; PIEVE, S. **Pescadores Artesanais da Lagoa Mirim: etnoecologia e resiliência**. 2009. Cap. 4-5. Disponível

em:<www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22674/000736946.pdf?>. Acesso em: 8 ago. 2012.

MUNIZ, L. M. Ecologia Política: o campo de estudo dos conflitos socioambientais. **Revista Pós Ciências Sociais**, v.6, n.12, 2009.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Histórias das Agriculturas do Mundo: do neolítico a crise contemporânea**. São Paulo: UNESP/NEAD/MDA, 2010.

MARIN, R. A. (orgs.). **Diversidade do Campesinato: expressões e categorias**. v 1, parte 11, p, 252. Disponível em: <pagina13.org.br/.../diversidade_do_campesinado_voll_nead.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2012.

SILVA, H. L. **A Epistemologia do Conflito Ambiental**. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br>>. Acesso em: 8 ago. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS. Instituto de Filosofia SOUZA, G. C; PERRUCHI, L.C.; KUBO, R. **Patrimônio socioambiental da Bacia Hidrográfica do rio Tramandaí**. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH. Laboratório de Observação Social – LABORS. **Levantamento Socioeconômico e Cadastramento da Comunidade Quilombola de Morro Alto: Maquiné/Osório – RS. Projeto IFCH / INCRA – RS 2640/2004. Relatório Final**, Porto Alegre, 2006.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista – Quilombolas Morro Alto

Nome:

Data de Nascimento:

Sexo:

Naturalidade:

Escolaridade:

- 1) Quais as atividades agrícolas exercidas pela família.
- 2) Que outras atividades alheias à agricultura são praticadas pela família?
- 3) Quais atividades, conta com maior concorrência, de agricultores e pescadores não quilombolas?
- 4) Qual a razão no seu entendimento, da melhor condição de produção e de resultados financeiros dos agricultores não quilombolas?
- 5) Qual a situação atual da produção de peixes da Lagoa dos Quadros?
- 6) Sendo real a queda de produção, quais os motivos que estão ocasionando a redução do pescado.
- 7) Seguem de forma legal às normas do IBAMA, na atividade de pesca (piracema, redes)?
- 8) O que vocês sabem a respeito das condições de vida dos seus antepassados, antes da construção da rodovia, com relação ao que produziam, trocavam, comercializavam? Se a disponibilidade de alimentos era satisfatória? Se a pesca e caça, era abundante? Necessitavam trabalhar para terceiros, para suprir necessidades básicas da família,
- 9) Através de informações de pais e avós, têm conhecimento se as terras da Prainha eram em maior proporção, de propriedade dos quilombolas?
- 10) Qual a situação da distribuição da área de produção da Prainha, na atualidade?
- 11) Tem informação como ocorreu a aquisição de terras de produção, pelos agricultores não quilombolas?
- 12) Como avaliam a chegada da Rodovia na vida da comunidade quilombola, e na pessoal.
- 13) Avalia os resultados na melhoria do escoamento da produção, o deslocamento mais facilitado para os centros de suprimento, de atendimento público (saúde, administração). O acesso dos filhos às Escolas municipais e estaduais como fatores positivos da implantação da rodovia?
- 14) Têm participação ativa nas ações da Associação Quilombola Rosa Osório Marque?
- 15) Foram beneficiados com as políticas compensatórias do DNIT?

- 16) Como julgam a atuação da Associação e dos seus dirigentes, na defesa dos interesses quilombolas?
- 17) Como você julga a participação de outros atores alheios à comunidade, nos assuntos referentes à titulação; ao Projeto das políticas compensatórias, a exemplo dos quadros acadêmicos da UFRGS, fundações, ONGs, Secretárias de Governo, Ministério Público. Da ação do próprio Movimento Negro do Rio Grande do Sul e entidades afins.

APENDICE B - Roteiro de entrevista II - Associação Quilombola Rosa Osório Marques

Nome: Formação:

Cargo que ocupa: Quanto tempo está na função:

- 1) Como avalia os efeitos da implantação da BR 101, e sua duplicação, na Comunidade Quilombola e Morro Alto?
- 2) Individualmente, qual o maior prejuízo ou benefício, provocado pela construção da BR101.
- 3) Individualmente, qual o maior prejuízo ou benefício, provocado pelas políticas de compensação?
- 4) Acredita que a Política Reparatória de devolução de Território, e a Política compensatória do DNIT, decorrente da duplicação da Rodovia são suficientes à Comunidade.
- 5) Existem outros pleitos a serem feitos pela Comunidade, como compensação de outros eventuais prejuízos, causados pela rodovia.
- 6) Como avalia os passos do processo, desde o Laudo Antropológico, até a aguardada notificação dos outros ocupantes?
- 7) Quais as razões da exclusão das terras da Prainha do Laudo Antropológico?
- 8) No seu entendimento que fatores contribuem para o ritmo do processo de notificação e titulação das terras quilombola.
- 9) Que medidas estão em gestação, ou já em curso, como contraponto às ações organizadas dos colonos ocupantes.
- 10) Você acredita que lideranças regionais, políticas e econômicas, exerçam pressão sobre instâncias federais, envolvidos com o processo de regularização de posse?
- 11) Que desfecho você prevê para o processo de titulação a partir do momento que foi judicializado.

ANEXO A – Termo de consentimento informado, livre e esclarecido**TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO****Trabalho de Conclusão de Curso
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS****NOME:** _____**RG/CPF:** _____

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso “CONFLITO AMBIENTAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MORRO ALTO, MAQUINÉ - RS – Construção da Rodovia Br 101 (ano 1950), duplicação (ano 2000), para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do Trabalho de Conclusão de Curso **CONFLITO AMBIENTAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MORRO ALTO, MAQUINÉ - RS – Construção da Rodovia Br 101 (ano 1950), duplicação (ano 2000)**, do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER, que tem como objetivo geral identificar as mudanças/modificações nas dinâmicas produtivas da comunidade quilombola de Morro Alto, Maquiné/RS, em decorrência de três eventos: a construção da Rodovia BR 101, a sua duplicação e a reivindicação de direitos através de políticas reparatórias, compensatórias/mitigadoras.

Como objetivos específicos: (I) identificar os atores sociais envolvidos nos conflitos (II), descrever os principais eventos que foram fatores de impacto à comunidade quilombola de Morro Alto (III), identificar e analisar as modificações processadas nas práticas produtivas da comunidade, bem como os conflitos ambientais decorrentes desses eventos.

A minha participação consiste na recepção do aluno João Alcântara de Meireles para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para

isso, () **AUTORIZO** () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação e a da propriedade/agroindústria/cooperativa/outra, para a publicação no TCC.

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

Morro Alto , ____/____/2013